UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAROLINA AYUMI NAKAMURA

**Posicionamento, participação e direitos humanos: o grupo regional da América Latina e
do Caribe no Conselho de Direitos Humanos da ONU**

São Paulo
2018

CAROLINA AYUMI NAKAMURA

Posicionamento, participação e direitos humanos: o grupo regional da América Latina e do Caribe no Conselho de Direitos Humanos da ONU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Feliú Ribeiro

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Nakamura, Carolina Ayumi

Posicionamento, participação e direitos humanos: o grupo regional da América Latina e do Caribe no Conselho de Direitos Humanos da ONU / Carolina Ayumi Nakamura ; orientador: Pedro Feliú Ribeiro. – São Paulo, 2018.

65 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

1. Conselho de Direitos Humanos 2. ONU 3. América Latina e Caribe
4. Grupo regional 5. Comportamento I. Ribeiro, Pedro Feliú, orient. II. Título.

CDD – 323.098

RESUMO

NAKAMURA, Carolina Ayumi. **Posicionamento, participação e direitos humanos: o grupo regional da América Latina e do Caribe no Conselho de Direitos Humanos da ONU**. 2018. 65f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta pesquisa tem como objetivo a análise do comportamento dos países no Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU com principal foco no grupo regional dos Estados da América Latina e do Caribe (GRULAC). O Conselho de Direitos Humanos é o principal órgão de promoção e proteção dos direitos humanos do sistema ONU. O trabalho verifica hipóteses relacionadas à influência do pertencimento ao grupo regional, da divisão Norte-Sul e do nível de democracia no comportamento dos países no CDH. Para tal, os métodos empregados são análise estatística descritiva dos dados, estimação de pontos ideais (NOMINATE) e análise de regressão logística. Os dados coletados incluem as votações realizadas durante as 33 primeiras sessões regulares do CDH (2006-2016), bem como as submissões e os copatrocinios de propostas apreciadas durante este período. Os resultados obtidos oferecem um panorama sobre a participação dos países latino-americanos e caribenhos neste órgão e mostram que eles votam mais próximos aos países do Sul Global e distribuídos no que seriam dois conjuntos de países dentro do grupo regional, ao invés de se posicionar como um único grupo coeso. Adicionalmente, os resultados indicam que o nível de democracia e de violações de direitos humanos estão associados ao comportamento em votações de resoluções sobre situação de direitos humanos em países. Contudo, o posicionamento dos países nas votações destas resoluções se distingue conforme o país foco da resolução.

Palavras-chave: Conselho de Direitos Humanos, ONU, América Latina e Caribe, grupo regional, comportamento.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyse countries' behaviour in the UN Human Rights Council (UNHRC) focusing on the regional group of the Latin American and Caribbean states (GRULAC). The Human Rights Council is the main body for promoting and protecting human rights within the UN system. This research verifies hypotheses related to the influence of belonging to the regional group, the North-South divide and the level of democracy on how countries behave in the UNHRC. Methods employed in this study are descriptive statistics analysis, ideal points estimation (NOMINATE) and logistic regression analysis. Data collected include roll-call votes that took place during the 33 first regular sessions of the UNHRC (2006-2016) as well as submissions and cosponsorships of proposals analysed by the Council during this period. Results offer an overview of the Latin-American and Caribbean countries participation in this body and show that they vote closer to the countries of the Global South and are distributed in two sets of countries within the regional group, instead of one single cohesive group. Additionally, results suggest that the level of democracy and human rights violations are associated with the voting behaviour on resolutions about human rights situations in specific countries. However, countries' position on these resolutions differs according to the concerned country.

Keywords: Human Rights Council, UN, Latin America and Caribbean, regional group, behaviour.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Número de mandatos dos países do GRULAC no CDH (2006-2016)	28
Gráfico 1 – Mandatos dos países do GRULAC no CDH, por ano (2006-2016).....	27
Gráfico 2 – Resoluções por itens da agenda e forma de adoção	29
Gráfico 3 – Resoluções por temas e formas de adoção	30
Gráfico 4 – Emendas votadas por temas	31
Gráfico 5 – Participação do GRULAC em submissão e copatrocínio de resoluções.....	31
Gráfico 6 – Submissões por país, total (2006-2016)	34
Gráfico 7 – Submissões de resoluções por país, total (2006-2016)	34
Gráfico 8 – Copatrocínios por país, total (2006-2016).....	35
Gráfico 9 – Copatrocínios de resoluções por país, total (2006-2016).....	35
Gráfico 10 – Copatrocínios e submissões por Cuba no CDH (2006-2016)	39
Gráfico 11 – Copatrocínios e submissões de resoluções por país do GRULAC (2006-2016).	41
Gráfico 12 – Copatrocínios e submissões de resoluções por país do GRULAC em relação ao total de resoluções submetidas por ano (2006-2016)	41
Gráfico 13 – Pontos ideais dos votos dos países no Conselho de Direitos Humanos (2006-2016)	43
Gráfico 14 – Dispersão dos pontos ideais das votações no CDH por grupos regionais (2006-2016).....	44
Gráfico 15 – Pontos ideais dos copatrocínios dos países do GRULAC no Conselho de Direitos Humanos (2006-2016).....	46
Gráfico 16 – Probabilidades preditivas dos grupos regionais com IC de 95% (modelo 1).....	49
Gráfico 17 – Probabilidades preditivas dos grupos regionais com IC de 95% (modelo 2).....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos membros por grupo regional (2006-2016)	26
Tabela 2 – Participação do GRULAC em copatrocínios e submissões por item da agenda	32
Tabela 3 – Participação do GRULAC em copatrocínios e submissões de resoluções por item da agenda.....	33
Tabela 4 – Principais tópicos das resoluções com membro do GRULAC como propositor ...	36
Tabela 5 – Principais tópicos das resoluções com membro do GRULAC como copatrocinador	37
Tabela 6 – Tópicos das resoluções com maior número de copatrocinadores do GRULAC	38
Tabela 7 – Tópicos das resoluções com maior número de propositores do GRULAC	38
Tabela 8 – Forma de adoção das resoluções submetidas pelos países que mais submeteram .	40
Tabela 9 – Resultados da análise de regressão logística para os votos no CDH.....	48
Tabela 10 – Medidas de ajuste do modelo NOMINATE para as votações do Conselho de Direitos Humanos	63
Tabela 11 – Medidas de ajuste do modelo NOMINATE (pontos ideais copatrocínios GRULAC)	64

LISTA DE SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral da ONU
ALBA	Aliança Bolivariana para os povos da nossa América
CDH	Conselho de Direitos Humanos
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
EUA	Estados Unidos da América
GRULAC	Grupo regional dos Estados da América Latina e do Caribe
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UE	União Europeia
URG	<i>Universal Rights Group</i>
WEOG	Grupo de Estados da Europa Ocidental e outros

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1 O Conselho de Direitos Humanos	12
2.2 Votos e copatrocinios em organizações internacionais	14
2.3 Definição das hipóteses	16
3 DADOS E MÉTODOS	21
3.1 Dados	21
3.2 Métodos	23
3.2.1 Análise estatística descritiva dos dados	23
3.2.2 Estimação dos pontos ideais	23
3.2.3 Análise de regressão logística	25
4 RESULTADOS	26
4.1 Participação do GRULAC no Conselho de Direitos Humanos	26
4.1.1 Países latino-americanos e caribenhos no Conselho de Direitos Humanos	26
4.1.2 Participação nos copatrocinios e submissões	29
4.2 Mapa espacial dos países no Conselho de Direitos Humanos da ONU	42
4.3 Fatores associados ao comportamento dos países nos votos	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

APÊNDICE A - Países alvos de resoluções sobre situações de direitos humanos em países específicos (item 4).....	59
APÊNDICE B - Frequência e percentual de copatrocnios e submissões de resoluções por membros do GRULAC	60
APÊNDICE C - Resoluções submetidas pelo GRULAC	61
APÊNDICE D – Códigos dos países	62
APÊNDICE E - Análise de robustez do modelo	63
ANEXO - Percentual de Classificação Corretas e APRE em Perspectiva Comparada.....	65

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o comportamento dos países no Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) com foco no grupo regional dos Estados da América Latina e do Caribe (GRULAC), buscando responder às perguntas: Como os países do GRULAC participam do CDH? Há coesão no posicionamento dos países da América Latina e do Caribe nas votações do Conselho de Direitos Humanos? Quais fatores estão associados aos votos dos países? Desta forma, o trabalho pretende identificar como os países da América Latina e do Caribe se posicionam nas votações em comparação aos países de outras regiões neste órgão, bem como os fatores que influenciam seu comportamento e o nível de participação dos membros do grupo regional latino-americano e caribenho no CDH por meio de mandatos, submissão e copatrocinio de propostas. A constatação dos países mais ativos no órgão, dos temas das propostas, suas formas de adoção, itens da agenda e outras características referente à participação da região no CDH também são almeçadas.

Dentre os propósitos fundamentais da Organização das Nações Unidas se encontra a cooperação internacional para a promoção do respeito aos direitos humanos para todos como consta na Carta de São Francisco (1945). Atualmente, o Conselho de Direitos Humanos é o principal órgão de promoção e proteção dos direitos humanos do sistema ONU, tendo sido criado em 2006 para substituir a predecessora Comissão das Nações Unidas para Direitos Humanos (1946-2006) no âmbito da reforma institucional, visando responder às críticas que sobre ela recaíam.

Embora o CDH seja ainda um órgão recente, há um número considerável de estudos (ALSTON, 2006; SHORT, 2008; FREEDMAN, 2013; FREEDMAN; HOUGHTON, 2017) que buscam entender se os problemas da Comissão foram, de fato, superados com sua substituição pelo Conselho e comumente aponta-se que, a despeito de melhorias como a implementação da Revisão Periódica Universal¹, algumas questões continuam presentes. Não se pretende avaliar a eficácia do novo órgão, porém observar se os padrões de comportamento dos países presentes naquela podem também ser identificados no seu sucessor. Outra abordagem frequente na literatura (HURWITZ, 1975; HARRINGTON, 2010; SMITH, 2010; WOUTERS; MEUWISSEN, 2013; FERDINAND, 2014; JORDAAN, 2014) é a análise da

¹ “A Revisão Periódica Universal (RPU) é uma avaliação entre estados (governos), ou seja, os estados se avaliam mutuamente, quanto a situação de direitos humanos, gerando um conjunto de recomendações. É um processo único que compreende a avaliação periódica da situação de direitos humanos de todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas” (ONU, 2016).

atuação de países específicos e ainda de blocos ou grupos, sejam eles regionais ou políticos, como no caso da União Europeia (UE). Todavia, estudos sistemáticos sobre o órgão ainda são incipientes, sobretudo abrangendo de forma mais minuciosa a participação da região latino-americana e caribenha.

É recorrente o uso de votos dos países na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e demais órgãos da instituição (PADELFORD, 1954; LIJPHART, 1963; RUSSETT, 1966) para auxiliar na compreensão da atuação dos países em questões multilaterais, sua política externa e formação de alinhamentos, inserindo a presente pesquisa num relevante debate acerca do comportamento dos países no âmbito internacional.

Considerando que estudos sobre as votações no CDH não são numerosos como sobre as votações da Assembleia Geral, busca-se contribuir para a literatura incorporando os anos mais recentes de atuação do Conselho de Direitos Humanos desde a sua criação, aumentando o número total de votações analisadas em relação à abrangência do estudo de Hug e Lucács (2014) sobre o CDH no período 2006-2010, o qual já visava suprir esta ausência de estudos sistemáticos sobre o CDH, além de ampliar a análise ao adicionar os copatrocinios e adotar uma abordagem focada na região latino-americana e caribenha.

O recorte temporal do estudo foi determinado para o período 2006-2016, levando-se em conta o ano de instauração do Conselho de Direitos Humanos em substituição à Comissão de Direitos Humanos, de modo a se estender até o ano de início desta pesquisa, visando à viabilidade da coleta dos dados, uma vez que as sessões regulares ocorrem três vezes por ano.

Como a maioria das decisões tomadas pelo Conselho de Direitos Humanos são por consenso, o uso apenas de votações restringiria a análise exclusivamente aos países que já foram eleitos para o CDH em determinado ano e detiveram poder de voto, além de excluir informações contidas nas propostas consensuais. Assim, ao utilizar, primeiramente, o comportamento dos países do GRULAC nas votações e, subsequentemente, os copatrocinios nas resoluções, pretende-se ter uma visão abrangente da atuação deste grupo regional do CDH, incluindo também propostas não votadas e os países da região que não detiveram assento durante o período em questão, mas que participaram do órgão por meio de copatrocinios como membros observadores. Adicionalmente têm-se as submissões de propostas pelos países como indicadores de participação, uma vez que representaria um maior comprometimento com o texto a ser apreciado pelo CDH.

Através da coleta de dados de votações, copatrocinios e submissões de propostas colocadas durante as 33 sessões regulares do Conselho de Direitos Humanos no período 2006-2016, foram construídos bancos de dados que reúnem informações sobre as votações incluindo

todos os países que foram membros durante o período e sobre a participação dos países do GRULAC no apoio e proposição de propostas, independentemente de sua forma de adoção. Para atingir seu objetivo, a pesquisa emprega análise estatística descritiva dos dados para obtenção do panorama sobre a atuação do grupo no CDH, em seguida a estimação de pontos ideais por meio da técnica NOMINATE para identificar como os países se posicionam neste órgão e, finalmente, a análise de regressão logística para verificar a associação de fatores com os votos dos países em resoluções sobre situação de direitos humanos em países específicos.

A análise dos dados revela que há uma considerável participação dos países do GRULAC no CDH através de copatrocinios e em submissões de propostas. A estimação dos pontos ideais mostra que, para as votações realizadas no Conselho de Direitos Humanos durante o período 2006-2016, os países do GRULAC votam mais próximos aos países do Sul. Além disso, embora situados no mesmo polo do mapa espacial, se dividem no que seriam dois principais conjuntos de países, ao invés de um único bloco coeso. O primeiro conjunto compreende países como Cuba, Venezuela, Bolívia e Nicarágua, enquanto o segundo a maioria dos países da região que detiveram mandato como Brasil, Peru, México, Uruguai etc.

Já os resultados da análise de regressão logística indicam que, para resoluções sobre situação de direitos humanos em países específicos, o nível de democracia e as violações de direitos humanos são variáveis associadas ao voto favorável ou contrário às propostas. Todavia, quando comparados, os resultados obtidos para as resoluções com foco em Israel se distinguem daqueles obtidos para as resoluções com foco em outros países. Esta variação nos resultados parece sugerir que, para além das variáveis consideradas na pesquisa, o comportamento dos países pode ter influência de questões políticas e suas relações com os países alvos das resoluções, o que poderia ser relacionado à politização do órgão.

No que diz respeito à estrutura desta pesquisa, a seção 2 é dedicada a um panorama do Conselho de Direitos Humanos e seu funcionamento e à breve revisão da literatura existente sobre votos e copatrocinios em organizações internacionais, além da definição das hipóteses de pesquisa. Posteriormente, a seção 3 apresenta os dados utilizados, explicando as variáveis coletadas e incluídas para a construção dos bancos de dados, assim como os métodos empregados na análise empírica. Na seção 4 são apresentadas as análises dos dados e os resultados obtidos pela pesquisa, juntamente à sua discussão. Por fim, a última seção é destinada às considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O Conselho de Direitos Humanos

Conforme explícito no artigo 68º da Carta das Nações Unidas (1945), dentre os mandatos do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) estava a formação de uma comissão voltada à promoção dos direitos humanos. Assim, em 1946 foi estabelecida a Comissão de Direitos Humanos da ONU, cujas conquistas incluem a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948. Todavia, em seus últimos anos de existência, momento em que sua composição consistia de 53 membros eleitos pelo ECOSOC, a Comissão era fortemente criticada pela politização e padrões duplos que dominavam seu funcionamento, além da ocupação de assentos por membros notadamente violadores de direitos humanos que comprometiam a credibilidade do órgão (ALSTON, 2006; SHORT, 2008).

Assim, a reforma pela qual passou a ONU em 2006 incluía a substituição da Comissão de Direitos Humanos por um novo órgão. A resolução 60/251 adotada pela AGNU em março de 2006 criou o Conselho de Direitos Humanos, dispondo que dentre suas responsabilidades consta a promoção do respeito universal para proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos sem distinção de nenhum tipo, de maneira justa e igual. Além disso, cabe ao Conselho abordar situações de violações de direitos humanos, incluindo violações graves e sistemáticas, bem como fazer recomendações para estas situações, sendo guiado pelos princípios de universalidade, imparcialidade, objetividade e não seletividade, diálogo internacional construtivo e cooperação, visando à promoção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento (ONU, 2006).

O Conselho, sediado em Genebra, se reúne em pelo menos três sessões regulares por ano. Sessões especiais para tratar de situações urgentes podem ser convocadas desde que haja apoio de um terço dos membros. O CDH é composto por 47 Estados-membros que são eleitos individualmente e secretamente pela maioria dos membros da Assembleia Geral para um mandato de três anos. A distribuição dos assentos é feita entre os cinco grupos regionais da ONU que foram estabelecidos em 1963 para assegurar a representação geográfica proporcional na distribuição de assentos nos órgãos das Nações Unidas. Assim, no CDH 13 assentos são destinados para o Grupo dos Estados Africanos, 13 para o Grupo dos Estados da Ásia-Pacífico, seis para o Grupo dos Estados Europeus Orientais, oito para o Grupo dos países Latino-americanos e Caribenhos (GRULAC) e sete para o Grupo dos Estados Europeus Ocidentais e Outros (WEOG).

A resolução 5/1 adotada pelo Conselho em 2007 definiu os dez itens que compõem a agenda de suas sessões. O item 1 é destinado às questões organizacionais e procedimentais; o item 2 ao relatório anual do Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos e aos relatórios do Escritório do Alto Comissariado e Secretário-Geral; o item 3 à promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento; o item 4 às situações de direitos humanos que requerem atenção do Conselho; o item 5 aos órgãos e mecanismos de direitos humanos; o item 6 à Revisão Periódica Universal; o item 7 à situação de direitos humanos na Palestina e outros territórios árabes ocupados; o item 8 ao *follow-up* e implementação da Declaração e Programa de Ação de Viena; o item 9 ao racismo, discriminação racial, xenofobia e outras formas de intolerância, *follow-up* e implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban; e item 10 à assistência técnica e *capacity-building*.

As resoluções do Conselho de Direitos Humanos expressam politicamente as visões dos membros, ou da maioria deles, em questões de direitos humanos que são de interesse da comunidade internacional, sendo por vezes utilizadas para reconhecer princípios de *soft law* (SUÍÇA, 2015). Apesar das resoluções adotadas pelo Conselho não terem natureza vinculante, elas possuem um impacto político no cenário internacional por chamarem atenção para problemas, estimularem a cooperação internacional, contribuírem para o estabelecimento de normas internacionais e representarem uma forma dos países demonstrarem comprometimento com questões de direitos humanos. Dentre seus objetivos, está também a influência para mudanças na legislação e melhores práticas no âmbito nacional.

No que tange às questões abordadas, as resoluções podem ser temáticas ou sobre países. Já quanto ao tipo de conteúdo, podem ser distinguidas em aquelas que tratam da substância da questão e as procedimentais que estabelecem ou renovam um mandato de procedimentos especiais. As propostas de resoluções no Conselho de Direitos Humanos são tabuladas no Secretariado e introduzidas por ao menos um membro ou membro observador, que consiste no principal patrocinador ou parte de um *core group*. Outros membros e observadores podem entrar como copatrocinadores, de maneira a endossar publicamente a proposta antes que passe pela apreciação do Conselho.

As resoluções podem ser adotadas nas sessões plenárias do CDH por consenso ou mediante maioria simples dos membros presentes e votantes, conforme a regra 20 do regimento interno do órgão (ONU, 2006). As votações são consideradas nominais quando ao menos um dos membros deseja que o resultado da votação seja público (HUG; LUKÁCS, 2014). Embora a maioria das resoluções do CDH seja adotada por consenso, assim como acontece na

Assembleia Geral, resoluções sobre os temas mais controversos são as que geralmente são submetidas à votação e são aquelas que permitem estudar e comparar a atuação dos Estados-membros frente a questões de relações internacionais (BOSCH, 1994). Tendo em vista a relevância das votações na ONU para identificar como a política mundial é refletida naquele órgão, é frequente na literatura o uso dos votos como variável dependente para análise de comportamento de política externa.

Os 33 Estados-membros da ONU da região da América Latina e do Caribe compõem o GRULAC², o que corresponde a 17% do total de membros da ONU. Este é um grupo de diálogo e de consulta, de caráter não vinculante, cujo objetivo é alcançar consenso em diferentes assuntos de interesse da região. Seu funcionamento difere de acordo com os temas da agenda, sendo direitos humanos uma das áreas em que o grupo é mais ativo:

O GRULAC se reúne em Genebra no âmbito das Nações Unidas e outras agências especializadas a fim de: trocar opiniões sobre temas da agenda internacional, apresentar documentos importantes sobre um tema a ser discutido pelo grupo, dar seguimento aos temas presentes na agenda de foros internacionais que funcionam em Genebra, construir posições conjuntas sobre temas, elaborar intervenções que reflitam a posição conjunta do grupo e discutir as possíveis candidaturas a serem apresentadas ou apoiadas nos diferentes mecanismos existentes (COLÔMBIA, 2018, tradução nossa).

A distribuição dos assentos no Conselho de Direitos Humanos entre os grupos regionais contribui para os países em desenvolvimento pautarem seus interesses no órgão, tendo em vista o alto número de assentos que são ocupados por eles (FREEDMAN, 2013). Uma vez que as ações no Conselho de Direitos Humanos estão condicionadas à aprovação por maioria simples, números são essenciais para deter poder no órgão (JORDAAN, 2014), mais especificamente para que as propostas apresentadas ao CDH sejam adotadas ou não.

2.2 Votos e copatrocinios em organizações internacionais

As votações realizadas no âmbito da ONU, sobretudo as que dizem respeito às sessões da Assembleia Geral, têm sido estudadas desde pouco tempo depois da criação da organização. Uma das principais abordagens presentes na literatura é sobre a existência de blocos que atuam nas votações como o estudo de Ball (1951) que busca identificar se grupos operavam como blocos nas votações dos primeiros anos de funcionamento da AGNU. A autora considera um

² Os membros do GRULAC são: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela. No caso do GRULAC, todos os membros do grupo regional da ONU pertencem a uma mesma região geográfica.

bloco qualquer grupo que vote de maneira coesa em todos os assuntos ou em assuntos específicos, cuja formação pode ser motivada pela constituição de grupos regionais, por posição geográfica, ideologia comum ou por mecanismos de consulta para política externa.

Tendo em vista a relevância das votações na ONU para identificar como a política mundial é refletida na organização, os votos dos países na Assembleia Geral e demais órgãos da instituição têm sido correntemente utilizados na literatura para contribuir na compreensão dos posicionamentos dos países em questões multilaterais e alinhamentos regionais ou mesmo como indicadores de política externa. Alguns exemplos a serem mencionados são os estudos das votações da Assembleia Geral das Nações Unidas de Lijphart (1963) e Hurwitz (1975) para identificação de blocos ou convergência entre países, de Rai (1972) para determinação das relações dos votos com aspectos da política externa, de Voeten (2000) para compreensão dos determinantes do padrão de comportamento dos países e dos efeitos do Pós-Guerra Fria, de Potrafke (2009) para análise da influência da ideologia no alinhamento com os Estados Unidos e de Amorim Neto e Malamud (2015) para análise da influência de fatores domésticos e sistêmicos nas políticas externas de Argentina, Brasil e México. Ainda, Boockmann e Dreher (2011) utilizaram as votações de resoluções abordando temas de direitos humanos na Assembleia Geral para analisar se a situação dos direitos humanos dos países induz seu comportamento nas votações.

Para Bosch (1994) a importância do estudo do padrão em votações na AGNU se dá pelo fato dos votos serem um indício da posição dos países sobre os temas das resoluções, permitindo compreender a atitude de cada país em relação à ONU. Bailey, Strezhnev e Voeten (2017) defendem que os votos na Assembleia Geral contêm informações valiosas sobre as preferências dos Estados, sendo que no período entre 1998 e 2012 foram contabilizadas 75 publicações que fazem uso dos votos na ONU como medidas de preferências nacionais.

Já especificamente no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, Seligman (2011) analisa os votos dos países em resoluções da Comissão e do Conselho de Direitos Humanos sobre situações de direitos humanos direcionadas a países específicos. Hug e Lucáks (2014) apresentam um estudo sistemático das decisões controversas nas votações das resoluções neste órgão para compreender como o comportamento dos países em votações é afetado.

Além dos votos, os copatrocinios de resoluções também têm sido utilizados para analisar o comportamento dos países em organizações internacionais. Lee e Stek (2016) utilizam o copatrocinio de resoluções da Assembleia Geral como principal indicador para estudar alianças em organizações internacionais. O copatrocinio de uma resolução demanda uma participação ativa dos países no processo de elaboração do texto, ressaltando o

comprometimento do país com a proposta, tal qual o pertencimento a uma aliança. Assim, para os autores, o copatrocínio de resoluções é uma ação relevante dentro do sistema político internacional.

Chané e Sharma (2016) fazem uso dos copatrocínios para identificar as questões temáticas que determinam as dinâmicas políticas do Conselho de Direitos Humanos. Diferentemente dos dados sobre as votações que só incluem as resoluções que não são adotadas por consenso, o copatrocínio expande a análise para o total de resoluções tabuladas no CDH, aumentando substancialmente os dados, já que a maioria das adoções no órgão é por consenso. Assim, o copatrocínio é usado como *proxy* para avaliar o apoio dado a uma determinada resolução.

Em seu estudo sobre patrocínios de propostas na AGNU, Mower (1962) aponta que o patrocínio individual de propostas pode evitar a necessidade de comprometimento com outros patrocinadores no momento da elaboração do texto, dar mais crédito ao estado patrocinador e permitir que os projetos de resoluções sejam usados para propaganda. No caso de diversas delegações terem um interesse em comum em determinado assunto, tem-se o uso do patrocínio conjunto das propostas. O copatrocínio seria uma demonstração de concordância com uma proposta, assim quanto mais países na lista de copatrocinadores, maior seria o impacto político dela. Ademais, de acordo com Jacobsen (1969), além de aumentar do peso da proposta, a adesão de um alto número de copatrocinadores pode até mesmo representar um voto antes do voto. Chané e Sharma (2016) sustentam que o patrocínio em grupo consistiria em um indicador de que os membros pertencentes a tal grupo teriam, de certa forma, objetivos políticos comuns, havendo um processo de coordenação interno e ímpeto político suficiente para atuar diplomaticamente em conjunto.

2.3 Definição das hipóteses

Para nortear o estudo foram formuladas hipóteses de pesquisa a partir da literatura revisada. A revisão está a seguir sintetizada, sendo estruturada de acordo com as variáveis explicativas para as quais se esperou encontrar associação ao comportamento dos países no Conselho de Direitos Humanos.

Regionalismo

No âmbito da Assembleia Geral da ONU, Rai (1972) defende que o grupo latino-americano, salvo o bloco soviético, era o mais formalizado dentre os grupos existentes.

Possivelmente a consciência de impotência dos países individualmente os levaria a aproveitar a força de votar conjuntamente, de maneira a obter mais poder por meio do grupo.

Em relação à atuação do GRULAC na extinta Comissão de Direitos Humanos, contrapõem-se a ideia de que o grupo regional atuava engajado com a fiscalização internacional dos direitos humanos com a de que fazia uso da solidariedade internacional como estratégia, culminando num questionamento da sua capacidade de comportamento como bloco neste órgão (ASANO, 2008).

De acordo com Rathgeber (2013), apesar dos grupos regionais terem tido parte de sua importância substituída por outros grupos, como os políticos ou religiosos, e não serem entidades coesas, eles ainda coordenam suas ações no Conselho de Direitos Humanos para temas de interesse comum. Os grupos regionais continuam em vigor por conta de uma necessidade contínua de troca de informação e opiniões baseadas em equidade, reciprocidade e solidariedade (RATHGEBER, 2014). Durante as sessões regulares do CDH, os grupos regionais frequentemente se reúnem privativamente antes da primeira plenária do dia.

[...] o GRULAC, longe de ser como no passado um mecanismo de negociação de candidaturas, se converteu em um grupo com presença que tem bases sólidas e posições políticas compartilhadas que vêm fundamentadas em discursos que se pronunciam tanto em nome do grupo regional como da CELAC (EQUADOR, 2014, tradução nossa).

Para Gowan e Brantner (2012), o Conselho desenvolveu um forte aspecto regionalista, que pode ser observado pela prática dos grupos regionais de apresentar a quantidade de candidatos para eleição igual à quantidade de assentos disponíveis (*clean slates*).

Ainda, considerando o comportamento na Assembleia Geral da ONU, países não votariam contra resoluções de direitos humanos porque suas próprias práticas podem ser criticadas, mas sim porque pertencem a determinado grupo de países com um determinado nível de direitos humanos. Desta maneira, um país violador de direitos humanos pertencente a uma região onde os direitos humanos são respeitados tenderia a votar a favor de resoluções de direitos humanos, enquanto um país que respeita os direitos humanos e pertence a uma região onde estes são violados tenderia a votar contra (BOOCKMANN; DREHER, 2011). Portanto, a associação a uma região seria um fator importante no âmbito das votações da Assembleia Geral. No caso da Comunidade Europeia, Hurwitz (1975) identificou coesão de votação em determinados temas na Assembleia Geral, sendo acima da média para questões de direitos humanos.

O pertencimento a regiões ou organizações permitem um alto grau de previsibilidade nos votos e debates no Conselho, embora os Estados-membros não votem sempre alinhados a

esses grupos. Considerando o número de intervenções feitas perante o Conselho de Direitos Humanos, os grupos dos países da África e da América Latina e Caribe seriam os mais prováveis de atuarem em bloco (JORDAAN, 2014).

Em sua análise sobre coesão nos grupos regionais no Conselho de Direitos Humanos através da compatibilidade de votos, Pavese (2016) identifica a existência de correlação entre associação a um grupo e posição em votação. Ainda, no que diz respeito ao consenso dentro dos grupos regionais, o posicionamento dos países latino-americanos teria sido unânime em 37% das resoluções votadas no período 2006-2015, atrás apenas do WEOG.

Partindo da premissa de que o pertencimento a um grupo regional influencia no comportamento de um país nas votações de resoluções, formulou-se, então, a primeira hipótese:

Hipótese 1: Os países do GRULAC tendem a votar juntos no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Divisão Norte-Sul

Apesar do desaparecimento das divisões Ocidente-Oriente advindas do período da Guerra Fria, parte da literatura indica que o sistema ONU ainda enfrenta a questão do alinhamento de Estados-membros em divisões ideológicas e econômicas definidas regionalmente, sobretudo no eixo Norte-Sul (WEISS, 2013). Ao analisar os alinhamentos nas votações da AGNU para identificar as preferências entre os Estados, Kim e Russett (1996) defendem que a divisão Norte-Sul passou a prevalecer em relação à divisão Ocidente-Oriente e a determinar as condições do debate político e alinhamento no órgão.

Uma das críticas feitas à Comissão de Direitos Humanos era que as controvérsias que dela tomavam conta afetavam suas operações, resultando em debates que frequentemente refletiam a divisão Norte-Sul (ALSTON, 2006). A própria discussão para a criação do Conselho de Direitos Humanos teve pontos de divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A despeito da nova distribuição de assentos entre os grupos regionais, Alston (2006) aponta que o novo tamanho do Conselho não representaria grandes alterações na composição em relação a sua antecessora. De acordo com Freedman (2013), a composição do Conselho contribui para sua politização, uma vez que Estados em desenvolvimento têm forte representação no órgão. Devido à maior necessidade de força coletiva, nações em desenvolvimento têm formado alianças mais fortes que as nações desenvolvidas.

Ainda, no que diz respeito às inconsistências e os duplos padrões observados na Comissão de Direitos Humanos, o Conselho de Direitos Humanos não teria diferido significativamente neste aspecto. Conforme Rathgeber (2013), determinadas temáticas de direitos humanos são controversas no sistema ONU de direitos humanos como, por exemplo, a questão da liberdade de religião ou crença, que leva a um padrão de votação em termos de divisão Norte-Sul. A partir da observação dos primeiros quatro anos de funcionamento do CDH, Rathgeber (2013) indica que, enquanto os mandatos em países foram introduzidos predominantemente por países ocidentais, a criação de mandatos temáticos sobre direitos econômicos sociais e culturais, juntamente a uma avaliação dos direitos humanos na atual ordem internacional, foi apoiada por países em desenvolvimento.

Presume-se que, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, países em desenvolvimento enfatizarão equidade internacional e relacionarão os procedimentos especiais com normas de direitos humanos. Assim, uma perspectiva do Sul no Conselho prioriza a questão do desenvolvimento, barreiras históricas e relações assimétricas na política e na economia. Neste sentido, o cunho das alianças internacionais de um país se configura como possível relevante fator sistêmico para o comportamento dos Estados. Assim, considerando a premissa de que no Conselho é visível a divisão Norte-Sul, elaborou-se a segunda hipótese: *Hipótese 2: os países do GRULAC tendem a se posicionar mais próximos do Sul Global no Conselho de Direitos Humanos.*

Nível de democracia

O artigo 21º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, apesar de não fazer referência direta à democracia, estabelece que a vontade do povo deve ser a base da autoridade do governo. O ambiente natural para a proteção e realização efetiva dos direitos humanos é propiciado pela democracia (ONU, 2018). Conceitos democráticos essenciais como o Estado de direito, não-discriminação e sufrágio universal são responsáveis pela promoção dos direitos humanos, sendo estes princípios realizados por meio das instituições democráticas (GALLAGHER, 2008). De acordo com Voeten (2013) temas de direitos humanos passaram a ter maior destaque na agenda da ONU, sobretudo após a Guerra Fria, visto que o conflito entre Estados liberais e não liberais ficou evidenciado.

Conforme Landman (2005) estudos demonstram que democracias, países ricos e que se tornaram desenvolvidos têm menor probabilidade de violar direitos humanos, diferentemente daqueles envolvidos em conflitos internacionais e civis, países populosos, que possuem regime autoritário e níveis de repressão precedente, os quais têm maior probabilidade.

Sobre o processo de criação do Conselho de Direitos Humanos, Cox (2010) menciona que os países latino-americanos tinham uma variedade de pontos de vista, sendo complacente com ambos os grupos divergentes durante as negociações (WEOG e G-77), o que seria compreensível considerando a mescla de democracias estáveis, democracias com diferentes históricos de direitos humanos e Estados não democráticos presentes na região.

Em seu estudo sobre as votações de resoluções sobre situações de direitos humanos em países específicos na Comissão de Direitos Humanos e nos primeiros anos de Conselho, Seligman (2011) defende que a abordagem liberal pode explicar o comportamento dos países em resoluções voltadas a situações de direitos humanos na maioria dos Estados, mostrando que democracias foram mais prováveis do que não-democracias a apoiarem resoluções criticando Estados que violassem direitos humanos, embora não pudesse ser aplicada para resoluções focadas em Israel. Já para Hug e Lucáks (2014) há evidência de que o comportamento dos países no Conselho de Direitos Humanos é afetado pelo que seriam as preferências dos Estados membros, dentre as quais se inclui, embora com efeito pequeno, o nível de democracia de um país.

Hipótese 3: O nível de democracia de um país afeta seu comportamento nas votações do CDH.

Além dos fatores expostos nas hipóteses, há variáveis relevantes na literatura que são consideradas nesta pesquisa como controle. Hug e Lucáks (2014) apontam que países frequentemente envolvidos em tortura votam sistematicamente diferente daqueles que não se envolvem em tortura. A análise dos votos controversos do CDH indicou que a situação de direitos humanos de um país é um fator importante para explicar as preferências relacionadas às votações neste órgão. Assim, o índice de violações de direitos humanos também é considerado. Ademais, controlou-se também o nível de desenvolvimento humano dos países.

3 DADOS E MÉTODOS

3.1 Dados

Para a análise do nível de participação dos países do GRULAC por meio de copatrocinios e submissões, construiu-se um banco de dados composto pelas resoluções apreciadas pelo Conselho, independentemente da forma de adoção, bem como emendas passadas por votação e demais textos, resultando em uma amostra de 1020 propostas. A partir dos documentos tabulados para apreciação do CDH, obtidos na *Extranet* do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, foram identificados os países da América Latina e do Caribe que submeteram propostas e que constavam na lista de copatrocinadores³ no momento da tabulação, ou seja, antes destas serem apreciadas nas sessões regulares. O banco de dados compreende submissões e copatrocinios de 26 países, aumentando em dez o número de indivíduos se fossem considerados apenas os membros votantes pertencentes ao GRULAC para o recorte temporal da pesquisa. Assim, para cada uma das propostas foi identificada a presença ou não de membros do GRULAC dentre os propositores e copatrocinadores.

A fim de examinar o comportamento dos países da América Latina e do Caribe nas votações do Conselho de Direitos Humanos da ONU em relação aos países de outros grupos regionais, estruturou-se um banco de dados composto de 421 votações, incluindo notadamente resoluções, além de emendas, emendas orais, decisões e eventuais procedimentos. O banco foi construído a partir dos dados existentes na base de Hug (2014) que compreende textos votados entre a 1ª até a 20ª sessão regular, somados à coleta de cada uma das votações realizadas na 21ª sessão em diante e aos registros oficiais referentes aos procedimentos das votações das resoluções disponíveis na *Extranet* do Conselho de Direitos Humanos no *site* oficial do Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU e no portal de resoluções do *site* da organização *Universal Rights Group* (URG)⁴.

A variável dependente é construída pela posição adotada pelos países, sendo os votos entendidos como a favor de uma proposta ou não favorável a ela, em que os países manifestam seu posicionamento como “sim”, “não”, “abstenção” e ainda podem estar ausentes. Embora existam estudos que considerem a abstenção uma maneira menos forte de um país se opor a

³ Os países podem se inscrever na lista de copatrocinadores até duas semanas após o fim da sessão. Todavia, como a pesquisa visa analisar a participação dos países durante as sessões regulares e considera os copatrocinios como demonstração de apoio, utiliza-se a lista de copatrocinadores das propostas tabuladas.

⁴ A *Universal Rights Group* é um *think tank* dedicado à análise e fortalecimento de políticas globais de direitos humanos.

uma proposta, como o método utilizado nesta pesquisa analisa dados binários, os votos foram codificados como “sim”, “não” ou dados omissos (*missing data*). Assim como na análise de Voeten (2000), já que as resoluções não são vinculantes, considera-se votos contrários e abstenções como as formas de um Estado não apoiar o texto votado. Desta maneira, as abstenções são consideradas como voto não favorável e não um posicionamento intermediário, sendo codificadas como “não”, enquanto as ausências são tratadas como *missing data*. Nota-se que a partir dos votos é possível mensurar as preferências manifestadas dos Estados, não sendo possível inferir estratégias. Todavia, como as resoluções do Conselho de Direitos Humanos não são vinculantes, os membros poderiam mais facilmente manifestar suas preferências reais.

Os indivíduos são os Estados-membros que detiveram assento no CDH durante o período 2006-2016, totalizando 100 países. Como os assentos são rotativos, os membros variam conforme os anos, de modo que há dados omissos para os países que não tinham poder de voto em determinada sessão. Os dados cobrem as 33 sessões regulares do Conselho de Direitos Humanos realizadas durante o recorte temporal em questão.

Adicionalmente, para a estimação do modelo de regressão logística, foram adicionadas aos dados dos votos variáveis referentes às hipóteses apresentadas na seção anterior. Para instrumentalizar o nível de democracia foram utilizados os dados da *Polity IV* (MARSHALL, GURR & JAGGERS, 2016), em que o índice *polity2* é calculado pela subtração do índice de autocracia do índice de democracia formando uma escala de regime político unificada que varia de +10 (fortemente democrático) a -10 (fortemente autocrático). Para operacionalizar as violações de direitos humanos, utilizou-se a *Political Terror Scale* (GIBNEY et al., 2017), que mensura os níveis de violência e terror vivenciados por um país em uma escala de 1 (Estado de direito onde violações são raras ou excepcionais) a 5 (terror atinge toda a população), tendo-se optado pelo seu uso por incluir dados mais recentes. No que tange ao nível de desenvolvimento considerou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que mensura três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde (PNUD, 2017). Ademais, incluiu-se a variável categórica referente aos grupos regionais aos quais os países pertencem. A análise de regressão foi feita para os votos dos países sobre situações de direitos humanos, abrangendo o item 4 e item 7 da agenda, totalizando 69 e 53 resoluções, respectivamente. As emendas não foram incluídas pelo fato de um voto favorável a uma emenda não necessariamente representar, do ponto de vista substancial, o mesmo que um voto favorável a uma resolução, sendo comum que aqueles que se posicionem a favor de uma emenda para uma determinada resolução sejam contrários a ela e vice-versa.

Para ambos os bancos as propostas foram ainda classificadas de acordo com os itens da agenda do Conselho de Direitos humanos, o tipo⁵, podendo ser sobre países (situação de direitos humanos em determinado país ou capacitação técnica), procedimentos ou temáticas (direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais, questões transversais e grupos em foco), tópico e forma de adoção.

3.2 Métodos

A análise empírica desta pesquisa é constituída de três partes. A primeira compreende a análise exploratória dos dados obtidos referente à atuação dos países da América Latina e do Caribe no Conselho de Direitos Humanos durante o período para identificar o nível de participação do grupo no órgão. A segunda, por sua vez, consiste na estimação dos pontos ideais dos votos dos países no CDH, de modo a permitir a comparação da localização dos países da América Latina e do Caribe, em relação aos outros membros do órgão, no mapa espacial das votações. Já a terceira consiste na análise de regressão logística para identificar os fatores associados aos votos dos países em resoluções sobre situação de direitos humanos em países.

3.2.1 Análise estatística descritiva dos dados

Para a compreensão da participação dos países da América Latina e do Caribe no Conselho de Direitos Humanos, foram utilizados métodos de estatística descritiva a fim de analisar os dados coletados sobre copatrocínios e submissões durante as sessões regulares do CDH. As estatísticas descritivas resumem as informações de uma coleção de dados, tendo como principal objetivo reduzi-las de maneira mais simples e compreensível (AGRESTI; FINLAY, 2012). Desta forma, foi possível a identificação de padrões e interpretações básicas dos dados, obtendo um panorama geral da participação do grupo regional nestes anos de existência do órgão.

3.2.2 Estimação dos pontos ideais

Adicionalmente, o método empregado para a análise dos votos dos países durante as 33 sessões regulares do Conselho de Direitos Humanos da ONU foi a estimação de pontos ideais por meio do NOMINATE, desenvolvido por Poole e Rosenthal (1985; 1991; 1997) para análise das votações no Congresso norte-americano. Diferentes métodos têm sido empregados para a

⁵ Conforme a categorização utilizada pela plataforma de resoluções da organização *Universal Rights Group*.

análise das votações dos países em organizações internacionais como a análise de concordância (LIJPHART, 1963), análise de regressão (RAI, 1972), análise de fatores (KIM; RUSSETT, 1996), técnicas de escala multidimensional (HOLLOWAY, 1990), índice de coincidência entre votos dos países (BOSCH, 1994) e modelo de Teoria de Resposta ao Item (VOETEN, 2004; HUG; LUKÁCS, 2014) etc. Todavia, o método escolhido se destaca pela combinação da técnica estatística com a teoria espacial do voto, permitindo a interpretação das dimensões estimadas e do significado substantivo da distância espacial das coordenadas dos atores, considerando que estes possuem pontos ideais sobre um conjunto de alternativas políticas. Os pontos ideais costumam ser estimados a partir de votações nominais, de modo a criar pontuações pelos votos para cada ator. Na teoria espacial do voto há o pressuposto de a localização dos atores no mapa espacial representar a sua máxima utilidade.

Apesar de estas técnicas terem sido desenvolvidas para a análise de votações nominais legislativas, na literatura elas também têm sido aplicadas para votações no âmbito de organizações multilaterais, como o estudo de Voeten (2000) que utiliza o NOMINATE (máxima verossimilhança) para analisar o comportamento dos países a partir das votações na Assembleia Geral da ONU. Como a literatura aponta baixa diferença entre as distintas técnicas de estimação dos pontos ideais (CARROLL et al., 2009), o NOMINATE foi utilizado em virtude da possibilidade de melhor comparar os resultados vislumbrados por esta pesquisa com aqueles apresentados por Voeten (2000). O NOMINATE é baseado em um modelo explícito de comportamento de voto e pressupõe que todos os Estados possuem um ponto ideal em um espaço e que resultados podem ser traçados neste mesmo espaço. Assim, a probabilidade de um Estado votar de determinada maneira depende da distância entre o ponto ideal e o ponto do resultado da votação.

Voeten (2000) utiliza o método visando a redução de informação para representar, concisamente, um elevado número de votações nominais, buscando dimensões não observadas de conflito que constituem o fundamento do comportamento dos países nas votações. O ponto ideal estimado de um país deve ser entendido como o ponto que melhor representa sua posição no organismo em relação a outros Estados.

É comum o uso de indicadores diádicos, a fim de mensurar a convergência nos votos proferidos por dois distintos países em organizações internacionais. Estes tipos de indicadores, todavia, não permitem a assimilação das dimensões múltiplas que são fundamentais nas votações na ONU (VOETEN, 2013). Já modelos espaciais de voto pressupõem que as preferências dos Estados são manifestadas em escolhas de votos.

A construção de um mapa espacial dos pontos ideais dos países nas votações do CDH para a análise visou à verificação da proximidade dos países do GRULAC entre si e entre os outros países membros do CDH. Não se busca, contudo, afirmar se estes votam como um bloco intencionalmente coordenado ou não, mas inferir se suas posições são similares em relação aos outros países e regiões.

Há na literatura sobre comportamento de legisladores autores que fazem uso de copatrocinios de projetos para a estimação de pontos ideais, assim como feito com votações nominais (TALBERT; POTOSKI, 2002; ALEMAN et al., 2009). É necessária, porém, cautela em seu uso (DESPOSATO; KEARNEY; CRISP, 2011), pois a opção por não copatrocinar uma proposta não necessariamente significa oposição a ela, mas que pode não representar uma prioridade para o legislador (ou país). A título de comparação com os pontos ideais dos votos dos países e considerando a escolha por copatrocinar como uma preferência do país, estimou-se também os pontos ideais para os copatrocinios dos países do GRULAC no CDH durante o período 2006-2016, de modo a incluir membros observadores, ponderando-se, contudo, na sua interpretação.

3.2.3 Análise de regressão logística

Finalmente, para a verificação da associação de variáveis dos países com os votos dos países em resoluções sobre questões de direitos humanos em países, foi utilizado o modelo de regressão binária, uma vez que a variável dependente é codificada como categórica binária. Este modelo permite explorar como variáveis explanatórias afetam a probabilidade de um evento ocorrer (LONG; FREESE, 2014). Em síntese, o objetivo do modelo é prever, a partir de informações sobre determinada observação, em qual das duas categorias ela é mais provável de pertencer (RIBEIRO, 2014). Assim, o modelo é usado para analisar os votos favoráveis e não favoráveis dos países à adoção de resoluções pelo CDH, tendo em vista o nível de democracia, violações de direitos humanos, desenvolvimento do país e o pertencimento do país a um grupo regional.

4 RESULTADOS

4.1 Participação do GRULAC no Conselho de Direitos Humanos

A construção da base de dados sobre as votações e propostas apreciadas pelo Conselho de Direitos Humanos, bem como sobre os copatrocinios e submissões dos países latino-americanos e caribenhos, permitiu descrever e resumir algumas informações sobre a atuação do grupo regional no CDH no 2006-2016, de forma a compreender como participam neste órgão.

4.1.1 Países latino-americanos e caribenhos no Conselho de Direitos Humanos

Durante o período 2006-2016 no CDH, 16 países⁶ detiveram um dos oito assentos designados ao GRULAC, correspondendo a 16% do total de membros da amostra de países de todos os grupos que ocuparam assentos no período e 48% dos países da região latino-americana e caribenha. Na Tabela 1 está representada a distribuição da amostra entre os grupos regionais para o período analisado. Dos membros da região latino-americana e caribenha, se considerados também aqueles que participaram como observadores em copatrocinios, o número de indivíduos analisados aumenta para 26 países⁷, o que compreende a 78% dos membros da região, indicando que, quando considerados aqueles que não detiveram mandatos, há uma participação significativa dos países latino-americanos e caribenhos.

Tabela 1 – Distribuição dos membros por grupo regional (2006-2016)

Grupo regional	N de países
Grupo Africano	30
Ásia-Pacífico	22
Europa Oriental	17
GRULAC	16
WEOG	15
Total	100

Fonte: elaborada pela autora

O Gráfico 1⁸ sistematiza a detenção de mandatos por ano pelos países do GRULAC que, de alguma forma, participaram das sessões regulares do CDH. Nota-se que, para o período compreendendo 2006-2012, o fato de um país ter detido assento durante determinado ano não implica necessariamente na sua detenção durante todas as três sessões regulares do mesmo ano,

⁶ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, El Salvador, Uruguai e Venezuela.

⁷ Soma-se aos países que detiveram mandato: Bahamas, Barbados, Colômbia, República Dominicana, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Névis, Suriname e Trindade e Tobago.

⁸ Para a lista dos códigos dos países, ver Apêndice D.

uma vez que somente a partir de 2013 os mandatos passaram a ter início no dia primeiro de janeiro do ano em questão e as sessões regulares ocorrem em março, junho e setembro. Cuba e México são os países que lideram em presença por ano no CDH, estando ausentes em apenas um ano do recorte temporal, que corresponde ao ano posterior ao segundo mandato consecutivo, visto que não é permitida a candidatura para uma terceira eleição consecutiva. Em seguida estão Brasil e Argentina, os quais não estiveram presentes em dois anos do recorte temporal, sendo que ambos estavam aptos à reeleição ao término do mandato em 2015, mas não apresentaram suas candidaturas para o mandato 2016-2018. No Brasil, a decisão do país não se candidatar à reeleição foi criticada por organizações da sociedade civil, já que se esperava uma participação brasileira ativa em questões de direitos humanos no âmbito internacional (CHADE, 2015).

Gráfico 1 – Mandatos dos países do GRULAC no CDH, por ano (2006-2016)

Fonte: elaborado pela autora.

Na Figura 1 o mapa da região da América Latina e do Caribe representa o número de mandatos que os membros do GRULAC detiveram no CDH. Destaca-se que na primeira eleição para o CDH os assentos foram distribuídos com diferentes durações⁹, ao invés de todos com três anos, para que pudessem ocorrer as eleições anuais. Assim, países com mesmo número de mandatos podem ter participado de diferentes números de anos no CDH. O mapa evidencia que

⁹ Os países foram eleitos para países de um, dois ou três anos de duração.

4.1.2 Participação nos copatrocínios e submissões

Visando à obtenção de um panorama das resoluções adotadas pelo Conselho de Direitos Humanos, no Gráfico 2 estão expostas as resoluções apreciadas pelos seus membros de acordo com o item da agenda. Mais da metade delas pertencem ao item 3 da agenda “Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento”, o que abrange os dois pactos internacionais de 1966 (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), complementares à DUDH. As resoluções pertencentes a estes itens são majoritariamente adotadas por consenso dos membros do Conselho, apesar de as resoluções sob o item 3 da agenda representarem a maior parte das resoluções adotadas por votos em relação ao total.

Gráfico 2 – Resoluções por itens da agenda e forma de adoção

Fonte: elaborada pela autora.

Os projetos de resoluções sob o item 10 da agenda também são, em sua grande maioria, adotados por consenso. Por outro lado, os itens 4 e 7 são, na maior parte das vezes, levados a votação. O item 4 diz respeito às situações específicas em países e, por denunciar desrespeito aos direitos humanos por parte de Estados, é comum que haja divergência entre os membros do CDH, embora tenha um certo equilíbrio na proporção de resoluções adotadas por consenso e por votação. Dentre os países que são mais frequentemente temas das resoluções estão Sudão,

Sudão do Sul, Myanmar e Coreia do Norte¹¹. Como o item 7, por sua vez, trata exclusivamente da questão Israel-Palestina, a alta porcentagem de textos levados a votos é compreensível pelo fato dos Estados Unidos comumente se posicionar contrariamente a resoluções que denunciem violações cometidas pelo Estado de Israel.

Quando levada em conta a classificação dos temas das resoluções adotadas pela URG representada no Gráfico 3, nota-se que o percentual de resoluções sobre direitos civis e políticos é semelhante ao de direitos econômicos, sociais e culturais, bem como a proporção de resoluções adotadas por consenso e votação.

Gráfico 3 – Resoluções por temas e formas de adoção

Fonte: elaborado pela autora.

Ao considerar a distribuição de temas entre as emendas propostas e votadas pelo Conselho de Direitos Humanos (Gráfico 4), as emendas para resoluções sobre direitos civis e políticos representam quase metade do total, seguidas pelas emendas para resoluções sobre grupos em foco.

¹¹ Para a relação de países, ver Apêndice A.

Gráfico 4 – Emendas votadas por temas

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação à participação dos países da América Latina e do Caribe nas propostas apresentadas ao Conselho de Direitos Humanos, do total de resoluções submetidas no período, cerca de 40% tinham algum país do GRULAC como proponente. Já no que tange aos copatrocinadores, 74% das resoluções possuía ao menos um membro do GRULAC dentre os copatrocinadores (Gráfico 5). Estes valores indicam que há uma participação significativa dos membros do GRULAC nas propostas apreciadas pelo Conselho de Direitos Humanos, sobretudo através da inclusão de seus nomes na lista de copatrocinadores em demonstração de apoio às propostas.

Gráfico 5 – Participação do GRULAC em submissão e copatrocinio de resoluções

Fonte: elaborado pela autora

Ademais, do total de resoluções copatrocinadas por ao menos um membro do GRULAC, 47% não possui um membro do GRULAC listado como um dos proponentes. Isto

demonstra que, de modo geral, os membros da região apoiam um alto número de propostas mesmo quando são introduzidas apenas por membros de outros grupos. Das resoluções que possuíam ao menos um membro do GRULAC como proponente 27% foram adotadas por votação.

Se considerada a participação de ao menos um membro do GRULAC nos copatrocinios e submissões nas propostas de acordo com o item da agenda, conforme resumidos na Tabela 2, há um alto nível de participação em copatrocinios de propostas sob o item 3 da agenda (do qual pertencem a maioria das propostas). Para as submissões, o percentual de presença de país do GRULAC neste item da agenda é ainda maior.

Tabela 2 – Participação do GRULAC em copatrocinios e submissões por item da agenda

Item da agenda	Copatrocinios		Submissões	
	Frequência	%	Frequência	%
1	2	0,3	1	0,3
2	13	1,8	10	2,5
3	531	74,2	325	82,7
4	27	3,8	4	1,0
5	38	5,3	27	6,9
6	1	0,1	1	0,3
7	45	6,3	2	0,5
8	13	1,8	6	1,5
9	25	3,5	5	1,3
10	21	2,9	12	3,1
Total	716	100	393	100

Fonte: elaborada pela autora.

A Tabela 3 mostra a presença dos países do GRULAC quando levadas em conta apenas as resoluções. É evidente a predominância da participação em resoluções sob o item 3 da agenda, sendo possível notar que a maioria das outras propostas que não são resoluções, sobretudo emendas, são também referentes a este item. As resoluções referentes a este item da agenda representam 59% do total de resoluções, sendo que é provável que haja ao menos um membro do GRULAC dentre os copatrocinadores das resoluções sob este item, visto que em 92% das resoluções havia um membro da região na lista de copatrocinio. Os itens da agenda 4 e 10 possuem um maior percentual de resoluções que não são apoiadas por nenhum membro do GRULAC do que apoiadas por ao menos um membro do GRULAC como patrocinador. É interessante notar que o mesmo não se aplica para o item 7, apontando para uma maior tendência de participação do GRULAC na lista de copatrocinio para resoluções sobre as situações de

direitos humanos nos territórios palestinos ocupados do que em outros países sob o item 4 da agenda.

Tabela 3 – Participação do GRULAC em copatrocínios e submissões de resoluções por item da agenda

Item da agenda	Resoluções	Copatrocínios		Submissões	
		Frequência	%	Frequência	%
1	12	1	8,3	0	0,0
2	17	13	76,5	10	58,8
3	498	458	92,0	269	54,0
4	69	26	37,7	4	5,8
5	36	31	86,1	27	75,0
6	3	1	33,3	1	33,3
7	53	44	83,0	2	3,8
8	14	13	92,9	6	42,9
9	41	25	61,0	5	12,2
10	101	21	20,8	12	11,9
Total	844	633	75,0	336	39,8

Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 6 sobre as submissões durante o período aponta que os principais países da região a submeter propostas, sejam elas resoluções, emendas ou outros textos, foram Cuba, México e Brasil. Ademais, evidencia a proeminência de Cuba na quantidade de textos submetidos. Se especificado para apenas as submissões de resoluções (Gráfico 7), principal tipo de proposta discutida e adotada pelo CDH, a distância entre Cuba e os outros países diminui, uma vez que o país submeteu também um alto número de emendas, sobretudo em 2016, ano em que 36 emendas foram propostas. Neste período, os únicos países do GRULAC que submeteram emendas foram Cuba e Venezuela. Já quando considerados os copatrocínios a emendas, somam-se Chile, Equador e Uruguai.

Os países que se encontram na extremidade inferior dos gráficos são países do Caribe que não detiveram nenhum mandato durante o recorte temporal. Assim, apesar de ser permitida a submissão de resoluções e outras propostas por membros observadores, a prática não é muito comum no CDH dentre os membros observadores do GRULAC. Dos países da região que nunca detiveram assento, destaca-se a considerável participação da Colômbia em copatrocínios. Como pôde ser observado anteriormente, Cuba e México foram os países que foram membros do Conselho em mais anos durante o período, o que contribui para a compreensão do destaque destes países no número de textos submetidos em comparação aos países da região, indicando

que a obtenção de mandato refletiria no engajamento no CDH e logo na submissão de propostas dentre os países da região.

Gráfico 6 – Submissões por país, total (2006-2016)

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 7 – Submissões de resoluções por país, total (2006-2016)

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre a participação dos países do GRULAC em copatrocinios, para o total de propostas (Gráfico 8) o país que mais aparece em lista de copatrocinios é Cuba ao lado do Peru, seguidos por Bolívia, Venezuela, Uruguai e México. Se considerados os copatrocinios apenas para resoluções (Gráfico 9) Peru passa a ser o país que mais soma copatrocinios, seguido por Bolívia e Uruguai e só então por Cuba. A comparação entre os dois gráficos evidencia o alto número

de copatrocinios de outras propostas por Cuba, notadamente emendas, o que está diretamente ligado ao alto número de submissões, uma vez que o país propositor entra na lista de copatrocinadores.

Gráfico 8 – Copatrocinios por país, total (2006-2016)

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 9 – Copatrocinios de resoluções por país, total (2006-2016)

Fonte: elaborado pela autora.

Comparando-se ambos os gráficos de submissões com os de copatrocinios, é notável a diferença na distribuição dos países neles. Enquanto há uma maior concentração de países na parte inferior do gráfico das submissões, alguns poucos países mais acima e Cuba destoando na extremidade, nos gráficos de copatrocinios há uma melhor dispersão dos países de forma

crescente na participação como copatrocinadores. Entende-se, então, que poucos países da região tem uma maior participação em submissões de proposta, enquanto nos copatrocínios há certa linearidade.

A fim de detalhar os gráficos acima, o Apêndice B mostra o total de resoluções copatrocinadas e submetidas pelos países do GRULAC durante o período, assim como o percentual em relação ao total de resoluções apreciadas. Nota-se que, por meio de copatrocínios, há uma considerável participação de alguns membros observadores como Colômbia, Haiti, República Dominicana, indicando que esta forma de apoio permite a atuação dos países no órgão mesmo sem a obtenção de um assento e poder de voto.

A Tabela 4 apresenta os tópicos que são mais frequentemente abordados pelas resoluções que possuem ao menos um membro do GRULAC como proponente. O tópico mais recorrente diz respeito aos direitos da criança em que 21 resoluções têm participação do GRULAC na proposição, seguido por povos indígenas, saúde e migrantes.

Tabela 4 – Principais tópicos das resoluções com membro do GRULAC como proponente

Tópico	Frequência	%
Direitos da criança	21	6,4
Povos indígenas	18	5,5
Saúde	16	4,9
Migrantes	14	4,3
Alimentação	13	4,0
Educação	12	3,7
Solidariedade internacional	12	3,7
Dívida externa	11	3,3
Terrorismo	11	3,3
Direitos culturais	10	3,0
Mercenários	10	3,0

Fonte: elaborada pela autora.

Já a Tabela 5 mostra os principais tópicos das resoluções que contenham membros do GRULAC na lista de copatrocínios, sendo aquelas sobre Palestina as mais frequentes, seguidas de direitos da criança, educação e povos indígenas. A colocação das resoluções sobre a Palestina em primeiro lugar pode ser melhor entendida se levado em conta o fato de haver um item dedicado exclusivamente para a questão dos direitos humanos na Palestina e territórios árabes ocupados. Todavia, embora seja o tópico mais frequente no copatrocínio, não são comumente propostas por países deste grupo regional. Por outro lado, direitos da criança e povos indígenas são tópicos em que é recorrente que haja membros da região copatrocinando, tal como propondo.

Tabela 5 – Principais tópicos das resoluções com membro do GRULAC como copatrocinador

Tópico	Frequência	%
Palestina	34	5,5
Direitos da criança	30	4,8
Educação	24	3,9
Povos indígenas	18	2,9
Justiça	17	2,7
Saúde	16	2,6
Mulheres	16	2,6
Migrantes	15	2,4
Liberdade religiosa e de crença	14	2,3
Terrorismo	14	2,3
Alimentação	13	2,1
Mercenários	13	2,1
Racismo	13	2,1
Direitos culturais	12	1,9
Solidariedade internacional	12	1,9
Dívida externa	11	1,8
Água	10	1,6

Fonte: elaborada pela autora.

Durante o período em questão o GRULAC submeteu, enquanto grupo, oito resoluções que foram adotadas por consenso pelo CDH (Apêndice C). Destas, seis foram submetidas em conjunto com a União Europeia sobre direitos da criança, adotada pela primeira vez em 2010. Desde 2012 os dois grupos têm submetido anualmente uma resolução conjunta relacionada ao tema, além de corroborar os dados encontrados acima. Estas são, inclusive, as resoluções que detêm maior número de copatrocinadores pertencentes ao GRULAC, possuindo a resolução de 2016 o número máximo de 24 copatrocinadores latino-americanos e caribenhos em uma única proposta.

Já das resoluções apresentadas apenas pelo GRULAC, destaca-se a primeira submetida pelo grupo, em 2009, sob o item 4 da agenda em relação à situação em Honduras no contexto do golpe de Estado. Menciona-se ainda o fato desta ser a única resolução sobre situações de direitos humanos em países específicos focada em um país da região pelo CDH. Outros tópicos que possuem mais copatrocinadores da região são povos indígenas e pessoas idosas (Tabela 6).

Tabela 6 – Tópicos das resoluções com maior número de copatrocinadores do GRULAC

Tópico	Máx. copatrocinários
Direitos da criança	24
Honduras	19
Povos indígenas	17
Pessoas idosas	17
Educação	16
Saúde	16
Migrantes	16
Pobreza extrema	15
Pessoas com deficiência	15
Mulheres	15

Fonte: elaborada pela autora.

A resolução com maior número de membros do GRULAC como propositores individualmente enquanto países, e não em nome do grupo, é a resolução A/HRC/RES/32/2 sobre a proteção contra violência e discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero tabulada em 2016 por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Uruguai. Em seguida a este tópico, as resoluções com mais propositores do GRULAC se referem a drogas e dívida externa (Tabela 7).

Tabela 7 – Tópicos das resoluções com maior número de propositores do GRULAC

Tópico	Máx. propositores
Orientação sexual	7
Drogas	6
Dívida externa	6
Governança	5
Meio ambiente	4
Verdade	4
Comércio de armas	3
Educação	3
Camponeses	3
Direitos da criança	3

Fonte: elaborada pela autora.

Ademais das resoluções apresentadas pelo GRULAC, há resoluções submetidas por membros do grupo em nome da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) sobre promoção ao direito à paz nas sessões 23 e 27 e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) sobre a incompatibilidade entre democracia e racismo nas sessões 18 e 29.

Considerando o destaque de Cuba no número de submissões, buscou-se compreender melhor os tipos de textos que este país submete. Assim, o Gráfico 10 apresenta a participação deste país ao longo dos anos de existência do CDH. Nota-se que há um número alto de emendas submetidas que são necessariamente votadas, indicando que o país é frequentemente proponente de alterações de textos propostos por outros países. Há que se destacar também que grande parte das resoluções submetidas por Cuba são levadas à votação, indicando que suas propostas tendem a levar à divergência.

Das emendas submetidas por Cuba, 89% dizem respeito ao item 3 da agenda do CDH, alterando resoluções sobre promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Quando especificados os tópicos abordados das emendas propostas pelo país, 29 foram submetidas em relação à resolução sobre defensores de direitos humanos adotada na 31ª sessão, o que representa quase a metade do total de proposições durante o período todo.

Gráfico 10 – Copatrocinios e submissões por Cuba no CDH (2006-2016)

Fonte: elaborada pela autora.

Visando à comparação, a Tabela 8 apresenta as submissões dos países do grupo que mais detiveram mandatos no CDH e, pode-se inferir que, diferentemente de Cuba, as resoluções submetidas por estes países são, sobretudo, aprovadas por consenso. Das resoluções propostas por Cuba, 61% foram levadas à votação, enquanto para os outros países ao menos 88% são adotadas por consenso. Estes dados podem ser relacionados com os resultados encontrados por Hug e Lucáks (2014) sobre o papel crucial desempenhado por Cuba em votos controversos, uma vez que as resoluções propostas pelo país discriminam mais entre os membros do que aquelas submetidas por outros países. Ademais, destacam a importância da consideração da autoria, visto que resoluções propostas por determinados países tendem a levar a polarização dos membros do CDH, afetando os padrões de votos (HUG; WEGMANN, 2016).

Tabela 8 – Forma de adoção das resoluções submetidas pelos países que mais submeteram

País	Consenso		Votação		Total
	Frequência	%	Frequência	%	
Argentina	23	88	3	12	26
Brasil	50	91	5	9	55
Cuba	40	39	63	61	103
México	71	95	4	5	75
Uruguai	25	89	3	11	28

Fonte: elaborada pela autora.

Como o número de emendas submetidas é relevante quase que exclusivamente para Cuba dentre os membros do grupo regional, concentrou-se em apresentar um comparativo apenas das resoluções submetidas e copatrocinadas pelos países. O Gráfico 11 mostra o total de submissões e copatrocinios por cada país do GRULAC durante o período considerado, enquanto o Gráfico 12 apresenta as mesmas informações, porém em porcentagem referente ao total de resoluções apreciadas em determinado ano. Neles fica evidenciada a participação ínfima de Bahamas, Barbados, Jamaica, Suriname e Trindade e Tobago. Comparado a estes, São Cristóvão e Névis é um membro observador que passa a ter uma participação maior em apoio de resoluções nos últimos anos do período.

Para os valores absolutos de resoluções, é de se esperar que haja um aumento na participação dos países em relação aos primeiros anos, visto que houve um crescimento significativo no número de resoluções adotadas com o passar dos anos, tornando relevante a observação também dos valores proporcionais. Assim, é interessante notar que, em comparação aos primeiros anos do órgão, Cuba tem diminuído a sua participação relativa em copatrocinios. O Brasil, por sua vez, apresentou um aumento na participação em submissões de propostas, ao passo que em copatrocinios têm-se um decréscimo.

Nota-se que, com exceção de alguns países como Honduras, Haiti, Panamá e Paraguai, para o último ano há uma tendência de menor participação dos países em copatrocinios de resoluções. Os gráficos permitem comparar os diferentes padrões apresentados pelos países. Enquanto uns apresentam certa regularidade na participação do ponto de vista relativo, como Peru e México, outros, por outro lado, apresentam picos de maior participação em alguns anos, como Honduras, Panamá e Brasil. Fica visível também que os países que apresentam menor distância entre submissões e copatrocinios são, de maneira geral, Cuba e, se considerado apenas os últimos anos, Brasil.

Gráfico 11 – Copatrocinios e submissões de resoluções por país do GRULAC (2006-2016)

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 12 – Copatrocinios e submissões de resoluções por país do GRULAC em relação ao total de resoluções submetidas por ano (2006-2016)

Fonte: elaborado pela autora.

4.2 Mapa espacial dos países no Conselho de Direitos Humanos da ONU

Para a estimação dos pontos ideais, utilizou-se o método NOMINATE de forma a obter o mapa espacial dos países nas votações do Conselho de Direitos Humanos da ONU durante o período 2006-2016, conforme ilustrado no Gráfico 13¹². Como a análise da robustez do modelo¹³ indicou que, quando considerada, a segunda dimensão explica pouco do modelo, analisou-se somente a primeira dimensão.

Os pontos extremos desta primeira dimensão são ocupados, de um lado, por países como Ucrânia, Hungria, Estados Unidos (EUA) e Canadá, enquanto, de outro, Rússia, Cuba e China. Na extremidade onde se encontram os Estados Unidos, apesar de não tão próximos ao país, estão também os membros pertencentes ao WEOG¹⁴, grupo dos países ocidentais europeus, além da maioria dos países do leste europeu. Podem-se observar ainda dois países asiáticos neste polo, Coreia do Sul e Japão. Por outro lado, na parte esquerda do mapa espacial, tem-se a presença dos países pertencentes ao continente africano e Ásia-Pacífico. Nesta primeira dimensão parece, então, haver influência da divisão Norte-Sul.

Quanto aos países do GRULAC, observa-se que se situam no lado do *continuum* referente ao Sul, o que corroboraria a segunda hipótese. Ademais, pode-se identificar, de modo geral, a existência de dois conjuntos de países da região. Próximos a Cuba, que se encontra em um dos pontos extremos do *continuum* oposto aos Estados Unidos, estão Venezuela, Nicarágua, Bolívia e, um pouco mais distante, Equador. Nota-se que tais países são membros da Aliança Bolivariana para os povos da nossa América (ALBA), que consiste em uma aliança política, econômica e social baseada nos ideais de solidariedade, complementaridade, justiça e cooperação. Esta aliança teve origem como uma reação frente às consequências sociais do modelo econômico liberal predominante na região, colocando-se como uma proposta diferente de integração regional, em que a luta contra a pobreza e exclusão social são enfatizadas (ARELLANO, 2009). Assim, a posição em polo oposto àquele ocupado pelos países do WEOG, sobretudo Estados Unidos, poderia ser entendida também pelo viés ideológico, visto que dentre os posicionamentos dos seus membros têm-se a adoção de um discurso anti-imperialista.

¹² Para a lista dos códigos dos países, ver Apêndice D.

¹³ Ver Apêndice E.

¹⁴ Os Estados Unidos não fazem parte de nenhum grupo regional, porém atendem as reuniões do WEOG como observador e são considerados como membro para fins eleitorais.

Gráfico 13 – Pontos ideais dos votos dos países no Conselho de Direitos Humanos (2006-2016)

Fonte: elaborado pela autora

Já o outro conjunto de países seria formado por Brasil, Peru, México, Chile, Guatemala, Costa Rica, Uruguai e Paraguai que, apesar de estarem mais próximos do polo ocupado por Cuba e Venezuela, ocupam uma posição mais central no *continuum*.

Considerando a dispersão dos pontos ideais dos grupos regionais nas votações do Conselho de Direitos Humanos, os *boxplots* representados no Gráfico 14 permitem observar que há uma maior amplitude para os países do GRULAC e que, em comparação à coesão dos outros grupos regionais, eles votam mais dispersos. A mediana indica que os países latino-americanos e caribenhos votam mais concentrados perto do centro do mapa espacial, que seria o segundo conjunto de países acima mencionado. Já os países da região mais próximos à esquerda do mapa espacial, como Cuba e Venezuela, encontram-se mais distantes do segundo quartil. O WEOG, por sua vez, é o grupo regional cujos membros estão distribuídos no mapa de maneira menos dispersa e mais simétrica.

Gráfico 14 – Dispersão dos pontos ideais das votações no CDH por grupos regionais (2006-2016)

Fonte: elaborado pela autora.

Ainda, a dispersão dos pontos ideais por grupo regional evidencia a prevalência dos países do grupo Ásia-Pacífico e africano, juntamente ao GRULAC, na esquerda do mapa espacial, ao passo que o WEOG e grupo dos países do leste europeu se encontram no polo direito. Há a presença de dois *outliers* para os grupos do leste europeu, Rússia e Azerbaijão, e da Ásia-Pacífico, Japão e Coreia do Sul, indicando que estes se localizam no espectro oposto da maioria do grupo regional a que pertencem. Desta forma, embora pertencentes a um grupo

regional situado no polo oposto, a proximidade com outros países no mapa espacial é mais influenciada pela sua localização na divisão Norte-Sul.

O mapa espacial e a dispersão das votações dos países no Conselho de Direitos Humanos indicam que, embora estejam localizados no mesmo polo do *continuum* que outros países do Sul, os países da região latino-americana e caribenha estão dispersos, se dividindo em dois conjuntos de países. Aqueles localizados mais ao centro votam de forma mais semelhante, enquanto os mais próximos à extremidade esquerda de forma mais dispersa.

De modo geral, embora a série temporal e conjunto de países considerados nesta pesquisa sejam distintos, ao se comparar os resultados obtidos para o Conselho de Direitos Humanos durante o período 2006-2016 com a estimação dos pontos ideais das votações da Assembleia Geral de Voeten (2000) para o recorte do período Pós-Guerra Fria, pode-se encontrar certa semelhança em alguns dos pontos extremos como EUA, Cuba, China, assim como a concentração de países pertencentes ao WEOG no mesmo polo que os Estados Unidos. Todavia, enquanto os mapas espaciais de Voeten (2000) para o período indicam a continuidade da divisão Ocidente-Não Ocidente após o fim da Guerra Fria, confirmando sua hipótese realista de estabilidade e ainda a contra hegemonia, aqui se observa a preponderância da divisão Norte-Sul nas votações em detrimento daquela, indo em direção à hipótese estruturalista levantada pelo autor.

Comparando os resultados obtidos através da estimação dos pontos ideais para as votações do Conselho de Direitos Humanos com os padrões de comportamento dos países na predecessora Comissão de Direitos Humanos, algumas similaridades podem ser observadas nos órgãos. Assim como Asano (2008), por meio de análise de *cluster* hierárquico, constata a existência de clivagem Norte-Sul por meio da análise das votações na Comissão, os pontos ideais estimados apontam a persistência da presença desta divisão no Conselho. Ademais, grupos de convergência identificados nas votações da Comissão formadas por Europa e Japão, Cuba e China, podem também ser observados em seu sucessor. Outro padrão comum encontrado é a maior coesão no comportamento do WEOG enquanto grupo regional, como evidenciado neste estudo pela dispersão dos pontos ideais. Já especificamente para o GRULAC, nas votações realizadas durante a última década de funcionamento da Comissão os latino-americanos e caribenhos apresentariam baixa divergência no comportamento. Pode-se considerar um padrão semelhante ao observado no Conselho, se considerado que, apesar de não ser um grupo extremamente coeso, os países do GRULAC ainda se encontram concentrados no mesmo polo do *continuum*.

O Gráfico 15¹⁵ apresenta o mapa espacial de copatrocínios para os países do GRULAC. Os resultados obtidos evidenciam os dois conjuntos distintos de países identificados anteriormente no mapa espacial através das votações. Dos países do grupo regional que não obtiveram mandato no CDH durante o período, destaca-se a localização de Colômbia próxima ao conjunto de países que inclui Paraguai, Brasil, Argentina, Uruguai. Já os países caribenhos que não detiveram assento estão concentrados e localizados mais próximos ao centro do mapa.

Gráfico 15 – Pontos ideais dos copatrocínios dos países do GRULAC no Conselho de Direitos Humanos (2006-2016)

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados obtidos pela estimação dos pontos ideais dos copatrocínios para os países do Caribe coincidem com o subgrupo identificado por Lee e Stek (2016) em sua análise para o período 2001-2013 da Assembleia Geral. Estes se encontrariam isolados na AGNU, desempenhando um papel mais limitado, o que pode também ser visto no Conselho de Direitos Humanos com a parca participação destes países em copatrocínios, submissões e ausência de mandatos. A posição de Cuba na extremidade do mapa espacial dos votos e dos patrocínios pode ser associada à divergência de posicionamento em assuntos específicos representada pela presença de Cuba. Tal divergência no grupo, como aponta a literatura, existiria pelo fato do país rejeitar posições liberais aceitas por outros membros do grupo (GOWAN; BRANTNER, 2012).

¹⁵ Para a lista dos códigos dos países exibidos no gráfico, ver Apêndice D.

Nota-se ainda, que alguns dos países situados à extremidade direita são os que possuem alta participação em copatrocinios de resoluções, vide a subseção anterior, como o caso de Cuba, Venezuela e Bolívia.

4.3 Fatores associados ao comportamento dos países nos votos

Visando à compreensão dos fatores associados aos votos dos países em resoluções sobre situação de direitos humanos em países específicos, foi realizada a análise de regressão logística para as resoluções votadas sob o item 4 da agenda do CDH. A fim de comparar o comportamento dos países nas votações de resoluções sobre a situação dos direitos humanos na Palestina e nos territórios árabes ocupados, as quais não entram neste item, estimou-se ainda um modelo para os votos sob o item 7 da agenda, tendo em vista que o estudo de Seligman (2011) sobre as votações na Comissão e nas primeiras sessões do Conselho aponta que a abordagem liberal de maior apoio por países mais democráticos não pode ser aplicada para as resoluções focadas em Israel. Os resultados obtidos através da estimação de modelos de regressão logística estão expostos na Tabela 9; o modelo 1 inclui as resoluções pertencentes ao item 4 da agenda e o modelo 2 ao item 7 da agenda. Os modelos estimados são estatisticamente significantes, indicando poder explanatório relevante.

Através dos p-valores obtidos para as variáveis dos modelos, tem-se a significância referente ao nível de democracia e de violações de direitos humanos, o que evidencia a associação significativa destas variáveis independentes com a variável dependente. Ademais, os coeficientes do teste z demonstram a capacidade explicativa individual das variáveis independentes na variação da variável “voto”. Como pode ser observado, para as resoluções do item 4 da agenda, o acréscimo em uma unidade na variável de democracia aumenta em 1,06 a razão de chances de o voto ser favorável, mantendo as outras variáveis constantes, indicando uma associação positiva entre nível de democracia e o voto. Para a variável de violações de direitos humanos a razão de chances diminui, de modo que o aumento em uma unidade da variável da *Political Terror Scale* representa um decréscimo em 0,49 na razão de chances de o voto ser favorável. Os resultados obtidos para o item 4 da agenda são intuitivos se pressuposto que países mais democráticos seriam mais favoráveis a resoluções expressando preocupação com a situação de direitos humanos em outros países, ao passo que países com mais violações de direitos humanos seriam menos favoráveis a estas resoluções, uma vez que seriam menos propensos a criticar países por algo que também fazem.

Tabela 9 – Resultados da análise de regressão logística para os votos no CDH

Variável	Modelo 1	Modelo 2
<i>Nível de democracia</i>	1.061*** (5.08)	0.920*** (-4.47)
<i>Violações de direitos humanos</i>	0.493*** (-10.02)	1.613*** (6.31)
<i>IDH</i>	8.874*** (4.05)	1.175 (0.31)
<i>Africano</i>	1 -	1 -
<i>Ásia-Pacífico</i>	1.339 (1.69)	1.315 (1.15)
<i>Leste Europeu</i>	3.889*** (5.64)	0.307*** (-5.01)
<i>GRULAC</i>	1.720** (2.58)	2.194** (2.73)
<i>WEOG</i>	19.08*** (6.05)	0.236*** (-5.68)
N	1326	1790

Coefficientes exponenciados; estatísticas-z em parênteses

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

Fonte: elaborada pela autora.

Por outro lado, os resultados obtidos para as resoluções votadas sob o item 7 da agenda vão na direção contrária e parecem indicar que os países membros do CDH atuam de forma diferente em resoluções sobre violações em países conforme o item da agenda. O aumento em uma unidade no índice de democracia diminui em 0,92 a razão de chances do voto ser favorável, mantendo as outras variáveis constantes. Assim, países com menor nível de democracia seriam mais prováveis de votarem a favor de resoluções sob este item da agenda. Ademais, o aumento em uma unidade na escala de terror político aumenta em 1,61 a razão de chances de o voto ser favorável, indicando que países com maiores violações de direitos humanos são mais prováveis de apoiarem estas resoluções.

Em relação à mensuração do nível de desenvolvimento, apenas para o item 4 a variável se mostrou significativa, de maneira que o acréscimo em uma unidade no IDH aumenta em 8,87 as razões de chance de o voto ser favorável. Assim, para este item, países que apresentam melhor nível de desenvolvimento humano seriam mais propensos a votarem a favor de resoluções sobre situações de direitos humanos em países.

Quando considerados os grupos regionais, para ambos os itens, o pertencimento ao GRULAC, WEOG e Leste Europeu se mostraram significantes, tendo-se o grupo africano como

categoria de referência para a interpretação. Após a estimação, fez-se a análise marginal dos modelos para a variável categórica grupo regional, de modo a comparar as probabilidades previstas entre os grupos e compreender o comportamento da variável independente e seus efeitos sobre os votos, mantendo-se fixas as outras variáveis. Com base na regressão logística, as probabilidades previstas indicadas para cada grupo representam as probabilidades médias do voto favorável se todos os dados fossem tratados como pertencentes ao grupo em questão. No Gráfico 16 e no Gráfico 17 são reportadas as probabilidades previstas de se votar favoravelmente para cada um dos grupos, considerando o intervalo de confiança de 95%.

Gráfico 16 – Probabilidades preditivas dos grupos regionais com IC de 95% (modelo 1)

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 17 – Probabilidades preditivas dos grupos regionais com IC de 95% (modelo 2)

Fonte: elaborado pela autora.

Como se observa nos gráficos obtidos, para as resoluções do item 4 da agenda, se mantidas as outras variáveis constantes e todos pertencessem ao WEOG, a probabilidade do voto ser favorável é de quase 90%. Em seguida, a maior probabilidade preditiva para este item da agenda seria para o grupo dos países do leste europeu. Por outro lado, para as resoluções pertencentes ao item 7 da agenda, os grupos que apresentam maiores probabilidades preditivas de votarem favoravelmente são o grupo africano, Ásia-Pacífico e GRULAC.

As probabilidades preditivas para os grupos regionais para os votos em resoluções dos dois itens da agenda podem ser relacionados aos resultados apresentados na subseção anterior para os pontos ideais dos países nas votações no CDH, de modo que os grupos com maiores probabilidades de voto favorável às resoluções e os grupos com menores probabilidades coincidem com a distribuição dos países nos dois polos do mapa espacial.

Os resultados obtidos a partir da análise de regressão logística podem estar associados a uma das principais críticas feitas ao Conselho de Direitos Humanos e que já era feita à antiga Comissão: a existência de politização e duplos padrões nas denúncias de violações de direitos humanos em países. O voto favorável dos países a resoluções que expressam preocupação com a situação de direitos humanos em países poderia estar também condicionado ao foco da resolução e outros fatores políticos, de maneira que o comportamento dos países distingue de acordo com o item da agenda.

Tais resultados podem sugerir que países menos democráticos são menos propensos a votarem a favor de resoluções voltadas à denúncia de violações em outros países, assim como países com maior índice de terror político. Todavia, se o foco da resolução for Israel, tendem a ser favoráveis.

Os diferentes resultados para os itens poderiam ser explicados pela própria existência do item 7 da agenda e estarem associados às relações dos países votantes com Israel. Algumas democracias ocidentais desenvolvidas são críticas à existência de um item exclusivo da agenda para a discussão das violações nos territórios árabes ocupados, como o caso de Estados Unidos¹⁶ e Reino Unido¹⁷. Quanto aos resultados obtidos para as probabilidades preditivas dos grupos regionais, a alta probabilidade apresentada para o GRULAC pode ser entendida pelo fato de grande parte dos países da região reconhecer diplomaticamente a Palestina. Por outro lado, ainda não há reconhecimento do Estado da Palestina por muitos países da União Europeia. Ademais, o resultado para o grupo latino-americano e caribenho para o item 7 pode ser relacionado com os dados expostos anteriormente na Tabela 3 e na Tabela 5, indicando que a presença de ao menos um membro do GRULAC na lista de copatrocinadores é mais recorrente em resoluções sob o item 7 (83,02%) do que o item 4 (37,68%) e que o tópico mais frequente é a Palestina. Ainda, como apontado por Freedman e Houghton (2017), países com posicionamento anti-EUA como Cuba e Venezuela poderiam fazer uso de Israel como uma forma de atacar a hegemonia estadunidense.

Assim, para as resoluções votadas sob o item 4, os resultados são intuitivos, indicando que países considerados mais democráticos e com menos violações de direitos humanos seriam mais prováveis a votarem a favor de resoluções sobre a situação de direitos humanos em outros países. Contudo, o mesmo não se aplica se o foco for Israel e as violações na Palestina e nos territórios árabes ocupados.

¹⁶ Em junho de 2018 os Estados Unidos se retiraram do Conselho de Direitos Humanos, criticando o “foco desproporcional e hostilidade interminável” em relação a Israel, o que demonstraria que o órgão seria motivado por viés político e não pelos direitos humanos. Disponível em: < <https://usun.state.gov/remarks/8486>>. Acesso em: ago. 2018

¹⁷ Durante a 38ª sessão regular, em junho de 2018, o então Secretário de Estado do Reino Unido para Assuntos Exteriores defendeu que um item da agenda dedicado exclusivamente a Israel e aos territórios palestinos ocupados era desproporcional e prejudicial à causa da paz. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/speech-by-the-foreign-secretary-to-the-un-human-rights-council>>. Acesso em: ago. 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo central trazer algumas contribuições sobre o comportamento dos países no Conselho de Direitos Humanos. A primeira foi a obtenção de um panorama da participação dos países do grupo regional da América Latina e do Caribe no órgão, mais especificamente em relação aos copatrocinios e submissões de propostas. Adicionalmente, a segunda diz respeito à compreensão da posição dos países latino-americanos e caribenhos em comparação aos países de outros grupos regionais, a partir das votações e copatrocinios. A última foi a identificação de fatores associados aos votos dos membros CDH em resoluções sobre violações de direitos humanos em países.

Para testar empiricamente as hipóteses de pesquisa foram realizadas análises descritivas dos dados de copatrocinios e submissões de propostas pelos países do GRULAC, estimação dos pontos ideais de 421 votações por meio do NOMINATE e análise de regressão logística das resoluções votadas sob os itens 4 e 7 da agenda do CDH.

A análise dos dados permitiu identificar uma considerável participação dos países do GRULAC por meio de copatrocinios e submissões de propostas. Os países da região que mais detiveram mandato no órgão durante o período foram Cuba, México, Argentina e Brasil, os quais apresentam, ainda, alta participação na submissão de propostas. Quando considerados os copatrocinios de propostas, países como Peru e Bolívia se mostram atuantes. Já os países caribenhos, de modo geral, possuem uma participação ainda limitada no CDH. Dos países do GRULAC, Cuba se destaca pela alta participação em submissões de propostas, sendo que a maioria das resoluções que tem o país como propositor é levada à votação, ao invés de ser adotada por consenso como é frequente ocorrer com as propostas submetidas por outros países ativos da região.

Em relação aos votos dos países da região da América Latina e do Caribe, estes se localizam mais próximos ao Sul Global, corroborando a hipótese de maior proximidade com os países em desenvolvimento nas votações do CDH. No que tange ao pertencimento ao grupo regional, embora os países do GRULAC se situem no mesmo polo do mapa espacial, observou-se uma subdivisão em dois principais conjuntos de países e não a aglomeração de um bloco único no mapa espacial das votações. Um dos conjuntos é composto por países que pertencem à ALBA, como Cuba, Venezuela e Bolívia, enquanto o outro abrange a maioria dos países da região que detiveram mandato como México, Brasil, Peru e Uruguai.

Por fim, os modelos de regressão logística estimados para as votações em resoluções sobre situações de direitos humanos em países indicaram que os fatores associados aos votos

dos países diferem conforme o item da agenda ao qual pertencem. Os resultados obtidos para ambos sugeriram que o nível de democracia influencia o comportamento dos países nas votações, o que corroboraria a literatura. Todavia, enquanto para o item 4 da agenda os resultados apontam para uma associação positiva entre maior nível de democracia e o voto favorável, para o item 7 a associação é negativa. Adicionalmente, a variável de violações de direitos humanos também se mostrou significativa para ambos os modelos e em direções opostas. Para as resoluções do item 7 um acréscimo no índice possui efeito positivo no voto, ao passo que para o item 4 o efeito negativo. Isto demonstra que, ademais dos fatores analisados na pesquisa, o comportamento dos países poderia ser condicionado às questões políticas e suas relações com os países alvos das resoluções.

Para além da atuação dos países e, mais especificamente, do grupo regional da América Latina e do Caribe no Conselho de Direitos Humanos, as análises desenvolvidas nesta pesquisa permitem ainda a reflexão sobre as críticas que recaem sobre o Conselho de Direitos Humanos, notadamente, no que diz respeito à politização, reconhecendo, contudo, a importância do principal órgão de promoção e proteção dos direitos humanos no sistema ONU.

No que se refere às limitações da pesquisa, deve-se mencionar o fato de o Conselho de Direitos Humanos ser um órgão ainda recente, o que leva a um curto recorte temporal e restrições na quantidade de dados coletados, além de pouca variabilidade em algumas variáveis. A análise de um período maior permitiria melhor compreender mudanças no comportamento dos países. Como no CDH é frequente a apreciação de resoluções recorrentes, as quais são submetidas periodicamente em diferentes sessões regulares e possuem boa parte de linguagem acordada, uma abordagem a ser seguida futuramente, havendo maior de funcionamento do organismo, seria o estudo dos padrões de votos deste tipo de resolução. Outra possibilidade de continuidade da pesquisa identificada seria a análise de conteúdo dos textos das propostas apreciadas pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, bem como o estudo de intervenções feitas pelos representantes dos países durante as sessões por meio da análise do discurso, buscando a compreensão do posicionamento dos países não somente pelo voto manifestado.

REFERÊNCIAS

- AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais**. 4ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- ALEMAN, E.; CALVO, E.; JONES, M. P.; KAPLAN, N. Comparing cosponsorship and roll-call ideal points. **Legislative Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 87–116, 2009.
- ALSTON, P. Reconceiving the UN Human Rights Regime: Challenges Confronting the New UN Human Rights Council. **Melbourne Journal of International Law**, v. 7, n. 1, p. 185–224, 2006.
- ARELLANO, F. G. Nacimiento, Evolución y Perspectivas de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América. **FES-ILDIS: Policy Paper**, v. 4, p. 1–24, 2009.
- ASANO, C. L. **Comportamento dos Estados em instituições internacionais: padrões de votação na Comissão de Direitos Humanos da ONU (1995-2005)**. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BAILEY, M. A.; STREZHNEV, A.; VOETEN, E. Estimating Dynamic State Preferences from United Nations Voting Data. **Journal of Conflict Resolution**, 2017.
- BALL, M. M. Bloc Voting in the General Assembly. **International Organization**, v. 5, n. 1, p. 3–31, 1951.
- BOOCKMANN, B.; DREHER, A. Do human rights offenders oppose human rights resolutions in the United Nations? **Public Choice**, v. 146, n. 3, p. 443–467, 2011.
- BOSCH, M. M. **Votos y vetos en la Asamblea General de las Naciones Unidas**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- CARROLL, R.; LEWIS, J. B.; JAMES, L.; POOLE, K. T.; ROSENTHAL, H. Comparing NOMINATE and IDEAL: Points of difference and Monte Carlo tests. **Legislative Studies Quarterly**, v. 34, n. 4, p. 555–591, 2009.
- CHADE, J. País deixa Conselho de Direitos Humanos da ONU por 1 ano. **O Estado de São Paulo**, p. 2–5, 1 ago. 2015. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pais-deixa-conselho-de-direitos-humanos-da-onu-por-1-ano--imp-,1736278>>. Acesso em: ago. 2018.
- CHANÉ, A.-L.; SHARMA, A. Universal Human Rights? Exploring Contestation and Consensus in the UN Human Rights Council. **Human Rights & International Legal Discourse (HR&ILD)**, v. 10, n. 2, p. 219–248, 2016.
- COLÔMBIA. **Grupo América Latina y el Caribe - GRULAC**. Disponível em: <<http://www.cancilleria.gov.co/international/multilateral/consensus/latin-america>>. Acesso em: ago. 2018.
- COX, E. States Interests and the Creation and Functioning of the United Nations Human Rights Council. **Journal of International Law and International Relations**, v. 6, n. 1, p. 87–120, 2010.

DESPOSATO, S. W.; KEARNEY, M. C.; CRISP, B. F. Using cosponsorship to estimate ideal points. **Legislative Studies Quarterly**, v. 36, n. 4, p. 531–565, 2011.

EQUADOR. **Ecuador entrega la Coordinación del GRULAC-DDHH a la República de El Salvador** Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana, 2014. . Disponível em: <<http://www.cancilleria.gob.ec/ecuador-entrega-la-coordinacion-del-grulac-ddhh-a-la-republica-de-el-salvador>>. Acesso em: ago. 2018.

FERDINAND, P. Rising power at the UN: analysis of the voting behaviour of BRICS in the General Assembly. **Third World Quarterly**, v. 35, n. 3, p. 376–391, 2014.

FREEDMAN, R. The United Nations Human Rights Council: More of the Same? **Wisconsin International Law Journal**, v. 31, n. 2, p. 208–251, 2013.

FREEDMAN, R.; HOUGHTON, R. Two steps forward, one step back: Politicisation of the Human Rights Council. **Human Rights Law Review**, v. 17, n. 4, p. 753–769, 2017.

GALLAGHER, A. The United Nations, Democracy and Human Rights. In: SKÅRE, S.; BURKEY, I.; MØRK, H. (Ed.). **Manual on Human Rights Monitoring: An Introduction for Human Rights Field Officers**. Oslo: Norwegian Centre for Human Rights, 2008.

GIBNEY, M.; CORNETT, L.; WOOD, R.; HASCHKE, P.; ARNON., D. **Political Terror Scale 1976-2016**. Disponível em: <<http://www.politicalterroryscale.org/>>.

GOWAN, R.; BRANTNER, F. Regionalism and Human rights at the UN. In: LOMBAERDE, P.; BAERT, F.; FELÍCIO, T. (Ed.). **The United Nations and the Regions: Third World Report on Regional Integration**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2012. p. 243–248.

HARRINGTON, J. Canada and the United Nations Human Rights Council: Dissent and Division. **University of New Brunswick Law Journal**, v. 60, n. 1, p. 78–115, 2010.

HOLLOWAY, S. Forty Years of United Nations General Assembly Voting. **Canadian Journal of Political Science**, v. 23, n. 02, p. 279, 10 jun. 1990.

HUG, S. **UNHRC Voting data (sessions 1-20)**. Harvard Dataverse, 2014. Disponível em: <<https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/28049>>.

HUG, S.; LUKÁCS, R. Preferences or blocs? Voting in the United Nations Human Rights Council. **Review of International Organizations**, 2014.

HURWITZ, L. THE EEC IN THE UNITED NATIONS: THE VOTING BEHAVIOUR OF EIGHT COUNTRIES, 1948–1973. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, 1975.

JACOBSEN, K. Sponsorships in the United Nations: A System Analysis. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 235–256, 1969.

JORDAAN, E. South Africa and the United Nations Human Rights Council. **Human Rights Quarterly**, 2014.

KIM, S. Y.; RUSSETT, B. The New Politics of Voting Alignments in the United Nations General Assembly. **Source: International Organization**, v. 50, n. 4, p. 629–652, 1996.

LANDMAN, T. Review article: The political science of human rights. **British Journal of Political Science**, v. 35, n. 3, p. 549–572, 2005.

LEE, E.; STEK, P. Shifting Alliances in International Organizations: A social networks analysis of co- sponsorship of UN GA resolutions. **Journal of Contemporary Eastern Asia**, v. 15, n. 2, p. 191–210, 2016.

LIJPHART, A. The Analysis of Bloc Voting in the General Assembly: A Critique and a Proposal. **American Political Science Review**, 1963.

LONG, S. J.; FREESE, J. **Regression Models for Categorical Dependent Variables Using Stata**. 3rd. ed. College Station, TX: Stata Press, 2014.

MOWER, A. G. J. The Sponsorship of Proposals in the United Nations General Assembly. **The Western Political Quarterly**, v. 15, n. 4, p. 661–666, 1962.

NETO, O. A.; MALAMUD, A. What Determines Foreign Policy in Latin America? Systemic versus Domestic Factors in Argentina, Brazil, and Mexico, 1946-2008. **Latin American Politics and Society**, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Human Rights Council Extranet**. Disponível em: <<https://extranet.ohchr.org>>.

_____. Carta das Nações Unidas. 1945.

_____. Resolution adopted by the General Assembly on 15 March 2006 - Human Rights Council (A/RES/60/251). 2006. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/A.RES.60.251_En.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

_____. Revisão Periódica Universal: perguntas e respostas. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/revisao-periodica-universal-perguntas-e-respostas/>>. Acesso em dez. 2018.

_____. **Democracy**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/issues-depth/democracy/#DHRo>>. 2018. Acesso em: ago. 2018.

PADEL FORD, N. J. Regional organization and the United Nations. **International Organization**, 1954.

PAVESE, C. B. Converging perspectives, cross-cutting approaches: assessing voting cohesion in UNHRC regional groups. **Human Rights & International Legal Discourse**, v. 10, n. 2, p. 200–218, 2016.

POOLE, K. T.; ROSENTHAL, H. A Spatial Model for Legislative Roll Call Analysis. **American Journal of Political Science**, v. 29, n. 2, p. 357–384, 1985.

POOLE, K. T.; ROSENTHAL, H. Patterns of Congressional Voting. **American Journal of Political Science**, v. 35, n. 1, p. 228–278, 1991.

_____. **Congress: A Political-Economic History of Roll Call Voting**. New York: Oxford University Press, 1997.

POTRAFKE, N. Does government ideology influence political alignment with the U.S.? An empirical analysis of voting in the UN General Assembly. **Review of International Organizations**, v. 4, n. 3, p. 245–268, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Reports**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>.

RAI, K. B. Foreign Policy And Voting In The Un General Assembly. **International Organization**, 1972.

RATHGEBER, T. **Performance and Challenges of the UN Human Rights Council**. Friedrich-Ebert-Stiftung, 2013.

_____. **UN Human Rights Council Challenges for Its Next Presidency**. Friedrich-Ebert-Stiftung, 2014.

RIBEIRO, P. F. O voto dos legisladores latino-americanos em temas de política comercial. **Cadernos de Pesquisa Política**, n. 9, p. 127–142, 2014.

RIBEIRO, P. F.; OLIVEIRA, A. J. S. N.; GALDINO, M. Política Externa Chilena e Espectro Ideológico Político-Partidário: Um Estudo sobre a Câmara dos Deputados (2002-2006). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 4, p. 835–870, 2009.

RUSSETT, B. M. Discovering Voting Groups in the United Nations. **The American Political Science Review**, v. 60, n. 2, p. 327–339, 1966.

SELIGMAN, S. Politics and principle at the UN Human Rights Commission and Council. **Israel Affairs**, v. 17, n. 4, p. 520–541, 2011.

SHORT, K. Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável? **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 5, n. 9, p. 172–199, 2008.

SMITH, K. E. The European Union at the Human Rights Council: speaking with one voice but having little influence. **Journal of European Public Policy**, v. 17, n. 2, p. 224–241, 2010.

SUÍÇA. **The Human Rights Council: a Practical Guide**. 2015.

TALBERT, J. C.; POTOSKI, M. Setting the legislative agenda: The dimensional structure of bill cosponsoring and floor voting. **Journal of Politics**, v. 64, n. 3, p. 864–891, 2002.

UNIVERSAL RIGHTS GROUP (URG). **UN Human Rights Resolutions Portal**. Disponível em: <<http://www.universal-rights.org/human-rights/human-rights-resolutions-portal/>>.

VOETEN, E. Clashes in the assembly. **International Organization**, v. 54, n. 2, p. 185–215, 2000.

_____. Resisting the lonely superpower: Responses of states in the United Nations to U.S. dominance. **Journal of Politics**, v. 66, n. 3, p. 729–754, 2004.

_____. Data and Analyses of Voting in the United Nations General Assembly. **Routledge Handbook of International Organizations**, p. 54–66, 2013.

WEISS, T. G. **What's Wrong with the United Nations and How to Fix It.** Oxford: Wiley, 2013.

WOUTERS, J.; MEUWISSEN, K. The European Union at the UN Human Rights Council. Multilateral human rights protection coming of age? **Leuven Centre for Global Governance Studies Working Paper No 126**, 2013.

**APÊNDICE A - Países alvos de resoluções sobre situações de direitos humanos em
países específicos (item 4)**

Tópico	Frequência	%
Belarus	6	8,7
Burundi	1	1,4
Coreia do Norte	9	13
Costa do Marfim	1	1,4
Eritréia	5	7,2
Honduras	1	1,4
Irã	6	8,7
Líbano	1	1,4
Líbia	1	1,4
Mali	2	2,9
Myanmar	13	18,8
Síria	1	1,4
Sudão do Sul	7	10,1
Sudão	15	21,7
Total	69	100

Fonte: elaborada pela autora.

**APÊNDICE B - Frequência e percentual de copatrocínios e submissões de resoluções
por membros do GRULAC**

País	Copatrocínios		Submissões	
	Frequência	%	Frequência	%
Argentina	191	22,6	26	3,1
Bahamas	3	0,4	0	0,0
Barbados	2	0,2	1	0,1
Bolívia	320	37,9	6	0,7
Brasil	172	20,4	55	6,5
Chile	262	31,0	21	1,9
Colômbia	179	21,2	24	2,8
Costa Rica	236	28,0	25	3,0
Cuba	286	33,9	98	12,2
El Salvador	87	10,3	6	0,7
Equador	240	28,4	15	1,8
Guatemala	264	31,3	14	1,9
Haiti	65	7,7	0	0,0
Honduras	230	27,3	5	1,0
Jamaica	3	0,4	0	0,0
México	275	32,6	75	8,9
Nicarágua	170	20,1	1	0,1
Panamá	215	25,5	2	0,2
Paraguai	171	20,3	7	0,8
Peru	354	41,8	20	2,4
República Dominicana	73	8,7	0	0,0
São Cristóvão e Névis	27	3,2	0	0,0
Suriname	1	0,1	0	0,0
Trindade e Tobago	1	0,1	0	0,0
Uruguai	287	34,0	24	3,3
Venezuela	283	33,5	5	0,6

Fonte: elaborada pela autora.

APÊNDICE C - Resoluções submetidas pelo GRULAC

Título	Ano	Copatrocinadores GRULAC	Item	Submissão	Grupo
Situação de direitos humanos em Honduras desde o golpe de Estado em 28 de junho de 2009	2009	19	4	Colômbia	GRULAC
Direitos da criança: a luta contra a violência sexual infantil	2010	19	3	Espanha Uruguai	UE GRULAC
Proclamação de 24 de março como o dia internacional para o direito à verdade em relação a graves violações de direitos humanos e dignidade das vítimas	2010	1	8	Colômbia	GRULAC
Direitos da criança	2012	16	3	Dinamarca Uruguai	UE GRULAC
Direitos da criança: o direito da criança para o gozo do mais alto padrão de saúde	2013	20	3	Irlanda Uruguai	UE GRULAC
Direitos da criança: acesso à justiça para crianças	2014	18	3	Grécia Uruguai	UE GRULAC
Direitos da criança: para melhor investimento em direitos da criança	2015	21	3	UE GRULAC	UE GRULAC
Direitos da criança: tecnologias de comunicação e informações e exploração sexual infantil	2016	24	3	Países Baixos GRULAC	UE GRULAC

Fonte: elaborada pela autora.

APÊNDICE D – Códigos dos países

Código	País	Código	País	Código	País
AGO	Angola	ETH	Etiópia	MUS	Maurício
ALB	Albânia	FIN	Finlândia	MYS	Malásia
ARE	Emirados Árabes Unidos	FRA	França	NAM	Namíbia
ARG	Argentina	GAB	Gabão	NGA	Nigéria
AUT	Áustria	GBR	Reino Unido	NIC	Nicarágua
AZE	Azerbaijão	GEO	Geórgia	NLD	Países Baixos
BDI	Burundi	GHA	Gana	NOR	Noruega
BEL	Bélgica	GTM	Guatemala	PAK	Paquistão
BEN	Benin	HND	Honduras	PAN	Panamá
BFA	Burkina Faso	HTI	Haiti	PER	Peru
BGD	Bangladesh	HUN	Hungria	PHL	Filipinas
BHR	Bahrein	IDN	Indonésia	POL	Polónia
BHS	Bahamas	IND	Índia	PRT	Portugal
BIH	Bósnia e Herzegovina	IRL	Irlanda	PRY	Paraguai
BOL	Bolívia	ITA	Itália	QAT	Catar
BRA	Brasil	JAM	Jamaica	ROU	Romênia
BRB	Barbados	JOR	Jordânia	RUS	Rússia
BWA	Botswana	JPN	Japão	SAU	Arábia Saudita
CAN	Canadá	KAZ	Cazaquistão	SEN	Senegal
CHE	Suíça	KEN	Quênia	SLE	Serra Leoa
CHL	Chile	KGZ	Quirguistão	SLV	El Salvador
CHN	China	KNA	São Cristóvão e Névis	SUR	Suriname
CIV	Costa do Marfim	KOR	Coreia do Sul	SVK	Eslováquia
CMR	Camarões	KWT	Kuwait	SVN	Eslovênia
COG	Congo	LBY	Líbia	TGO	Togo
COL	Colômbia	LKA	Sri Lanka	THA	Tailândia
CRI	Costa Rica	LVA	Letônia	TTO	Trindade e Tobago
CUB	Cuba	MAR	Marrocos	TUN	Tunísia
CZE	República Tcheca	MDA	Moldávia	UGA	Uganda
DEU	Alemanha	MDG	Madagascar	UKR	Ucrânia
DJI	Djibouti	MDV	Maldivas	URY	Uruguai
DOM	República Dominicana	MEX	México	USA	Estados Unidos da América
DZA	Argélia	MKD	Macedônia	VEN	Venezuela
ECU	Equador	MLI	Mali	VNM	Vietnam
EGY	Egito	MNE	Montenegro	ZAF	África do Sul
ESP	Espanha	MNG	Mongólia	ZMB	Zâmbia
EST	Estônia	MRT	Mauritânia		

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE E - Análise de robustez do modelo

Para considerar a robustez do modelo estimado, foram analisadas as medidas de ajuste do modelo disponibilizadas pelo NOMINATE: Percentual Correto de Classificação (PCC), Percentual de Redução do Erro Agregado (APRE) e Probabilidade Média Geométrica (GMP). O PCC consiste no total de votações acertadas conforme a previsão do modelo sobre o total de votações da amostra. Todavia, como esta medida não é muito robusta, visto que há uma tendência de superestimação da capacidade de previsão do modelo nos casos em que as votações da maioria superam amplamente os votos da minoria, o NOMINATE oferece também o APRE e o GMP como outras medidas de ajuste. O APRE indica como o modelo classifica corretamente os votos da minoria, variando de 0 a 1, sendo o último valor a máxima explicação. A GMP, por sua vez, é o exponencial da média do *log-likelihood*, que varia de 0,5 a 1, sendo que um maior valor representa um melhor ajuste (Ribeiro, 2012).

A Tabela 10 apresenta as estatísticas de ajuste do modelo estimado para os votos dos países considerando uma e duas dimensões na amostra. Levando-se em conta apenas a primeira dimensão o acerto é de 91,6% das votações. Já considerando a segunda dimensão, nota-se pelas medidas de ajuste que esta tem pouco fator explicativo. Como parâmetro, o Anexo mostra as estatísticas de outros estudos que fizeram uso do NOMINATE e que são consideradas indicadores de bom ajuste do modelo. Sendo os valores das medidas PCC e APRE apresentados superiores aos dos outros estudos, pode-se considerar que o modelo obtido está bem ajustado aos dados. Em relação à medida GMP, para fins de comparação, Poole e Rosenthal (1997) consideram que o valor de 0,74 para GMP reflete um bom ajuste de modelo, o qual neste caso é também mais elevado (0,812) quando considerada a primeira dimensão.

Tabela 10 – Medidas de ajuste do modelo NOMINATE para as votações do Conselho de Direitos Humanos

Dimensão	PCC	APRE	GMP
Primeira	91,6%	0,74	0,812
Segunda	92,75%	0,775	0,839

Fonte: elaborada pela autora.

Já a Tabela 11 mostra as medidas de ajuste do modelo estimado para os copatrocinios dos países considerando uma e duas dimensões na amostra. Como pode ser observado, a segunda dimensão pouco adiciona ao fator explicativo da primeira dimensão, de modo que também se utilizou apenas a primeira dimensão.

Tabela 11 – Medidas de ajuste do modelo NOMINATE (pontos ideais copatrocínios GRULAC)

Dimensão	PCC	APRE	GMP
Primeira	84,11%	0,308	0,688
Segunda	87,63%	0,461	0,763

Fonte: elaborada pela autora.

ANEXO - Percentual de Classificação Corretas e APRE em Perspectiva Comparada

Legislatura	Dimensões	Classificações Corretas %	APRE
Câmara dos Deputados chilena 2002-2006	1	0,93	0,83
	2	0,97	0,85
105ª Casa dos Representantes dos EUA 1997-1998	1	0,88	0,64
	2		
Terceiro Parlamento Europeu 1989-1994	1	0,85	0,56
	2	0,90	0,54
Quarto Parlamento Europeu 1995-1997	1	0,89	0,62
	2	0,91	0,75
Assembleia Nacional Francesa (1951-1956)	1	0,93	0,82
	2	0,96	0,89
Assembleia Geral da ONU 1946-1953	1	0,88	0,56
		0,87	0,56
Assembleia Geral da ONU 1991-1996	1		
	2	0,93	0,68
49ª legislatura da Câmara dos Deputados brasileira 1991-1995	1	0,86	0,52
	2	0,89	0,60
50ª legislatura da Câmara dos Deputados brasileira 1995-1998	1	0,90	0,65
	2	0,91	0,68

Fonte: RIBEIRO; OLIVEIRA; GALDINO, (2009)